



*EBC - Empresa Brasil de Comunicação
SCRN 502, Bloco B, nº 80
70720-502 Brasília DF
Caixa Postal 08840
Fone: (61) 3799-5200*

NOTAS TAQUIGRÁFICAS DA 16ª REUNIÃO DO CONSELHO CURADOR DA EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO

Data – 20 de abril de 2010

Hora – 14h

Local – Hotel Nacional

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Boa tarde, senhoras e senhores conselheiros. Vamos dar início à 16ª Reunião do Conselho Curador. Temos uma pauta longa, importante, vários informes a dar antes de começar a discutir a pauta.

Gostaria, em primeiro lugar, que houvesse a aprovação dessa pauta. São seis itens, mais o sétimo, que são Outros Assuntos. Se todos estiverem de acordo, podemos aprovar essa pauta: em primeiro lugar, abertura e aprovação da ata da 15ª reunião, a posse do Conselheiro Paulo Sérgio Pinheiro, apresentação da Ouvidoria, o parecer sobre a política de esportes, o parecer sobre da Câmara de Jornalismo, sobre o manual de jornalismo, e, por fim, a consulta pública para renovação do Conselho Curador.

Todos estão de acordo com essa pauta?

Infelizmente, hoje muitos dos nossos conselheiros estão

ausentes; comunicaram e justificaram à Secretaria Executiva, à Maria da Penha, por problemas de saúde, José Paulo Cavalcanti, Lúcia Braga, José Antonio Martins, Cláudio Lembo, Manoel Seabra, e a Professora Eloísa, que ainda está no exterior e sua posse será na próxima reunião.

Presente aqui, representando o Ministro Fernando Haddad, o Sr. Érico Gonçalves Silveira, Coordenador Geral de Produção de Programas em Radiodifusão. Obrigada.

Aprovamos a pauta?

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Uma observação, presidente. O Secretário Executivo havia demandado informações de audiência, e vamos apenas distribuir uma síntese?

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Isso. Não haverá discussão, apenas a distribuição de pequeno relatório, sobre a questão da audiência.

Algum comentário sobre a ata da reunião anterior?

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Um pequeno detalhe aqui, no quadro dois, com relação à intervenção, aquela questão do programa religioso, que se mantenha a situação atual, de algumas religiões difundirem o seu crédulo. Na verdade, sou crédulo.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigada. Vamos, então, agora à posse do Conselheiro Paulo Sérgio Pinheiro, ilustre professor da Universidade de São Paulo; nossas boas-vindas ao Conselho; não preciso me alongar muito e dizer da importância do Professor Paulo Sérgio Pinheiro neste Conselho, hoje ele tem uma tarefa difícil de representar a sociedade civil na formulação do anteprojeto de lei da Comissão da Verdade. Estamos muito honrados de tê-lo aqui, professor.

Passaremos, nesse momento, à assinatura do seu Termo de Posse.

Professor, o senhor gostaria de dizer alguma coisa?

CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHEIRO – Em primeiro lugar, senhora presidenta, queria me desculpar por ter havido um grande lapso entre minha indicação e a posse. Acontece que as outras reuniões coincidiram com a audiência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, em Washington, da qual participo. Fico muito contente, ainda que não tenha nenhuma competência muito específica, às vezes seja útil; fico muito contente de ver aqui vários amigos e outros colegas que admiro, e agradeço. Fico muito contente em poder participar deste Conselho, e espero que possa contribuir de alguma maneira efetiva. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Muito obrigada, professor. (*Palmas.*)

Então, vamos a alguns informes rápidos, antes de

prossequirmos com os quinze minutos com a Ouvidoria, que é o primeiro ponto de pauta.

Vocês receberam as resoluções assinadas por mim este ano, que a primeira foi relacionada ao Plano de Trabalho de 2010, apresentado pela Diretoria da EBC, e que aprovamos; a segunda, formaliza as câmaras temáticas, que instituímos desde o ano passado, e a partir de agora estamos estabelecendo essa nova rotina dentro do conselho, que é construindo essas resoluções que apontem objetivamente determinações para a Diretoria Executiva. Até então a única resolução que tinha sido implementada pelo conselho era sobre o regimento interno, que, aliás, precisamos discutir em breve. Temos dado algumas sugestões pontuais, mas a partir de agora, por meio das resoluções, prestamos realmente contas à sociedade do nosso papel aqui no Conselho. Então, instituímos essa nova rotina. Hoje de manhã tivemos a Câmara Temática de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia e Educação, reunida e já tiramos algumas resoluções que vamos trazer para o Conselho, com relação a essa temática, e que do Conselho deverá sair novas resoluções.

O segundo informe é de que vocês receberam uma cópia impressa da nova grade da TV Brasil. A Diretoria Executiva fez o trabalho de colorir a grade, de acordo com as câmaras. Agradeço muito à Diretoria por ter atendido à nossa solicitação. As câmaras temáticas, podem ver na grade apresentada a vocês, já podem começar seus trabalhos olhando e solicitando o que for necessário para sua atuação. Para alguns de nós fica difícil ouvir a programação. Eu, por exemplo, teria dificuldade de ouvir a programação das nove ou dez horas da manhã, infanto-juvenil, e estaria solicitando novamente à Diretoria Executiva que nos apresentasse alguns conteúdos para que possamos ver à noite, conforme nossa disponibilidade.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Presidente, pode me dar um aparte? Nós estamos entregando hoje, para exame prévio do Conselho, programa que não está estreado assim, vai estreiar semana que vem. Miriam, por favor, entregue aos conselheiros; os conselheiros da câmara infantil vão receber TV PIÁ, que é um novo programa; e segunda-feira será encaminhado aos conselheiros da câmara temática de programação infantil os demais conteúdos que são licenciados. E na medida em que as câmaras precisem de novos conteúdos, ou mesmo que estejam no ar, como disse a presidente, que precisem de cópias, vamos encaminhar.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Aqueles conselheiros que ainda não escolheram a câmara que vão atuar, peço que depois procurem o Diogo, a Secretaria Executiva, para que possamos melhor distribuir essas ações, que são muitas, entre todos os conselheiros.

O terceiro informe rápido é para dizer que visitei recentemente, fui recebido pela Tereza, no Rio de Janeiro, e pelo Rufino, em São Paulo, visitei as duas sedes da EBC. Fiquei muito grata, foi muito importante para mim, presidindo este Conselho, sentir de perto como se faz a comunicação pública no país, entender um pouco mais sobre os problemas do dia-a-dia, a questão de gestão; estou refletindo sobre várias situações a mim colocadas, a questão da dificuldade que a EBC tem de se internalizar em São Paulo, ser conhecida em São Paulo, e outras questões ligadas à relação entre a EBC e a Roquete Pinto, por exemplo; em breve vou propor para que o Conselho se manifeste sobre isso, não somente

para a Diretoria Executiva, mas para outros órgãos reguladores do setor, com Anatel, Ministério das Comunicações; e já solicitei uma agenda com o Ministro Franklin Martins, no dia dez, para que possamos conversar sobre esses assuntos que vi de perto no Rio de Janeiro e São Paulo.

Outro informe rápido é o de que, a convite da Diretora-Presidente, o Conselho esteve representado no *pitching* que escolheu três projetos para produção de episódios sobre três diferentes temas a serem exibidos na TV Brasil. O Conselheiro Daniel Aarão, mais uma vez nos representou, embora não fizesse parte do júri, em duas das três sessões, e por isso agradeço mais uma vez a ele por ter participado, ter essa disposição de participar; e em outra sessão solicitei que o nosso Secretário Executivo fosse ao Rio para nos representar.

Não sei se o Conselho Daniel quer fazer uma consideração rápida sobre o *pitching* que participou?

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Em primeiro lugar, mais uma vez me foi dada a oportunidade de acompanhar dois *pitchings*, e realmente é um procedimento ágil, eficaz, ganhou legitimidade na comunidade dos produtores culturais. Foi muito bem organizado e correu tudo bem. Só tinha uma ponderação a fazer, que não me ocorreu no primeiro *pitching*, que acompanhei já há alguns meses atrás, mas que dessa vez foi possível verificar e me chamou atenção tanto no segundo como no terceiro. É uma ponderação que faço à Diretoria Executiva: as várias equipes competidoras do *pitching* estão presentes na sala e há um sorteio, só que as que não se apresentam em primeiro lugar vão acompanhando os diálogos entre a comissão julgadora e os apresentadores. Então,

ocorre que os que vêm depois são como que instruídos a respeito de preferências metodológicas, ênfase da comissão julgadora, e se beneficiam disso. De sorte que quando vem em segundo ou terceiro lugar, como já assistiu ao questionário da banca, na apresentação oral a pessoa já se beneficia disso. Isso é alguma coisa que altera, digamos assim, a meu ver, as condições de isonomia da avaliação. Quando tive essa reflexão, lembrei-me das provas acadêmicas, em que os vários concorrentes não podem assistir às provas orais, as provas de aula, não podem assistir, sobretudo quando depois da aula, vêm uma argüição, porque as argüições têm referencias, têm metodologias. Então, faço essa proposta que o sorteio seja feito, mas que os concorrentes não sorteados não possam assistir as argüições. Isso, a meu ver, estabeleceria um padrão de igualdade, que é sempre o que procuramos almejar.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Muito oportuno, conselheiro. Tivemos uma grande dúvida no primeiro *pitching*. Se não deixássemos todas as produtoras concorrentes na sala, para que elas também vissem o concorrente, também poderíamos estar tisonando a transparência; e, por outro lado, não conhecemos o ritmo do *pitching*, o que fazemos com os outros, deixamos em uma sala em separado? Então, na primeira experiência deixamos aberto a todos, imprensa, concorrentes, curiosos, todos que puderam. Mas acho muito oportuno, concordo com sua observação, vamos fazer uma mudança na norma e criar um sistema, em que todos ficam numa sala reservada e vão sendo chamados. Acho é o único jeito, porque realmente na argüição, o outro se prepara para responder.

Quero aproveitar e pedir à Miriam que distribua para os conselheiros, nos intervalos, para quem puder ir ao Rio de Janeiro, na

segunda-feira vamos estreiar o programa Sustentáculos, que é derivado do primeiro *pitching*. Então, para nós é uma vitória muito grande ter conseguido implantar esse modelo e estar sendo aprovado, que é, Professor Paulo Sérgio, uma forma de contratar programas com a participação, do olhar da sociedade, através de produtores independentes, mas através de uma competição, com transparência e base na Lei nº 8666. Segunda-feira, estaremos fazendo um coquetel de frutas, lá na TV Brasil do Rio, tudo natural. Então, que estiver no Rio nos dará muita alegria ter novamente o conselho.

E essa sua sugestão, acho muito correta. Vamos fazer uma mudança na norma e publicar antes do próximo *pitching*, que se Deus quiser há de ser o de ciência, parceria nossa com o MCT, que está em fase de conclusão do edital.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigada. Antes de passar para o Ouvidor, tem mais uma questão, que é da agenda da próxima reunião, no dia primeiro de junho quando teremos uma audiência pública no Rio de Janeiro. Está programada uma reunião pela manhã, mas temos cinco temas importantes a serem discutidos e aí preciso que saiamos daqui com uma indicação. O plano de cobertura das eleições, o operador de rede digital, apresentação da Agência Brasil, revisão do regimento interno, que, por exemplo, não prevê a vice-presidência, tem uma série de coisas, quórum mínimo, algumas questões a serem melhor estabelecidas no regimento; e a questão da programação religiosa, se fizermos uma reunião pela manhã, no dia primeiro, como está programado, podemos cobrir uma parte dessa agenda e depois discutir, em agosto, a outra parte. Se não fizermos essa reunião do dia primeiro, e aí preciso saber se os conselheiros podem estar

presentes de manhã e à tarde, porque teremos que marcar uma reunião para o mês de ainda. Temos muitos temas importantes, que acho difícil postergar mais ainda para o segundo semestre.

Queria ouvir os conselheiros sobre isso, dado que todos esses pontos são importantes, e que precisamos, também, avançar na discussão das câmaras temáticas.

A reunião seria dia primeiro de junho, pela manhã, audiência à tarde. Ou marcaríamos outra reunião no mês de maio, para avançarmos sobre alguns desses temas, que poderia ser operador de rede ou a cobertura das eleições.

O que vocês acham? Ficamos com essa programação de dia inteiro no Rio de Janeiro?

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Eu acho melhor do que fazer duas reuniões.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Então, vamos manter.

Agora, vamos iniciar com os quinze minutos da Ouvidoria. Por favor.

O SR. LAURINDO LEAL FILHO (Ouvidor-Geral) – Boa tarde. A Ouvidoria já enviou aos conselheiros os dados quantitativos

do último mês. Agora vou destacar algumas questões, principalmente a partir de demandas dos cidadãos à Ouvidoria, que julgamos representativas.

Mas, antes, queria lembrar, como outros conselheiros não estiveram presentes, que na reunião anterior a Ouvidoria teve oportunidade de apresentar algumas considerações sobre o seu papel na relação empresa e sociedade. Cabe destacar um deles, para a partir do seu entendimento, dar seqüência às nossas análises qualitativas periódicas. Elas complementam os quadros quantitativos que já foram enviados. O ponto conceitual que queremos voltar a destacar refere-se à diferença de critérios de avaliação existente entre a radiodifusão privada e a radiodifusão pública. Nós nos diferenciamos dos meios comerciais na medida em que eles somam e agrupam os indivíduos em categorias de audiência preestabelecida, eliminando a individualidade para oferecer produtos de massa. Nós, ao contrário, prestamos serviços a partir das necessidades dos indivíduos, que precisam ser permanentemente detectadas, e a partir daí generalizadas. Daí a importância de ouvi-los, e na medida do possível atendê-los em suas demandas. São as demandas que, analisadas e classificadas, nos permitem montar grades de programação voltadas para prestação de um serviço público eficiente de radiodifusão. A Ouvidoria acredita que no caso da televisão, esse mecanismo de ouvir e levar aquilo que a Ouvidoria capta, para formulação das grades, ainda não esteja sendo levado totalmente em consideração.

Mas dito isso, vamos a um resumo das questões mais relevantes, segundo análise da Ouvidoria, levantadas por leitores, ouvintes e telespectadores, nos últimos trinta dias. Começamos pela Agência Brasil. A Ouvidoria destacou, de maneira positiva, o debate

trazido a público pela agência, a respeito da propaganda de bebidas alcoólicas nos meios de comunicação. A Ouvidoria ressaltou o tratamento dado ao assunto, que é dificilmente tratado pela mídia comercial, e a agência, com muita competência, tratou esse assunto ouvindo vários setores envolvidos nesse tipo de discussão.

A cobertura das enchentes no Rio de Janeiro foi criticada por uma leitora de Goiás, que disse que a grande preocupação que perpassa a cobertura da agência, sobre as chuvas no Rio, são os grandes eventos programados, Olimpíadas e Copa do Mundo. Diz ela: afinal algo será feito para evitar novas mortes, desabamento, caos social, como será que estão os hospitais, as escolas públicas, o planejamento dos próximos anos levará isso em consideração? A agência respondeu burocraticamente à leitora, dizendo: agradecemos os comentários da leitora. No entanto, a Ouvidoria não se contentou com a resposta da agência, e pesquisou a cobertura mencionada pela leitora, concluindo que das 144 matérias analisadas, 67% são relatos dos fatos das condições meteorológicas, transtorno das vias de transporte, falha no fornecimento de serviços públicos, balanço de mortos e feridos, e ações concretas de resgate e assistência imediata às vítimas. O restante, 33% das matérias, incluem contextualização e repercussão dos fatos junto a autoridades, especialistas, cidadãos e organizações da sociedade civil. Ao todo, a Ouvidoria constatou, foram ouvidas 149 fontes, sendo 24 de moradores que residiam nas áreas destruídas pelos deslizamentos.

A Ouvidoria concluiu que a Agência Brasil cobriu o caso satisfatoriamente, no que diz respeito ao equilíbrio das fontes ouvidas e das possíveis abordagens. Para o leitor que acompanhou a cobertura, há informações suficientes para chegar às suas próprias conclusões. Consideramos que o jornalismo da empresa pública

cumpriu com sua missão, ao contrário do que sugeriu a mensagem da leitora. A Ouvidoria, no entanto, pergunta por que nem mesmo neste caso, quando a agência estava coberta de razão, não respondeu de forma satisfatória à leitora. Fica essa indagação para a agência.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Você tem alguma resposta para isso?

O SR. LAURINDO LEAL FILHO (Ouvidor-Geral) – Acho que cabe a ela responder por que não responde. Por que não fez esse trabalho, que a Ouvidoria fez, de levantar as informações?

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Você me dá um aparte? Acho que deveria ter respondido, sim, que tinha todos os elementos para dar uma boa resposta. Agora, o cotidiano da agência de notícias é muito nervoso. Fazer um levantamento exaustivo, como o que o Ouvidor fez, e eu o cumprimento por isso, requer uma dedicação ao assunto que tira algum profissional da pauta. Quer dizer, não temos hoje alguém nos nossos canais que se dedique a fazer esse tipo de trabalho, porque achamos que a Ouvidoria deve fazer.

O SR. LAURINDO LEAL FILHO (Ouvidor-Geral) – Talvez

não tenha ficado claro, mas estamos chamando atenção pela recorrência desse tipo de resposta burocrática. Esse é o problema. Talvez não precisasse fazer o levantamento que fizemos, mas de alguma forma poderia dar uma resposta um pouco mais consistente.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Acho que há uma falta de cultura, dentro da EBC, de levar assim, as respostas aos telespectadores, temos isso no serviço da televisão também, com mais atenção. Como respondo, nesse momento, pela Diretoria de Jornalismo, vou fazer esse encaminhamento junto às unidades. Acho que não preciso ser citado. Agora, análise assim tão detalhada, a Ouvidoria é que vai fazer. Mas acho que vamos melhorar esse *recall* com os usuários do serviço público.

O SR. LAURINDO LEAL FILHO (Ouvidor-Geral) – Quero ressaltar que continuam as reclamações da falta de acesso ao banco de dados da agência, principalmente vindas de jornalistas e trabalhadores de comunicação, de vários pontos do país, jornais e sites, que ainda continuam com dificuldades de acesso a informações, e principalmente de fotos armazenadas pela agência. Muitos se queixam, como já disse no relatório passado, da interrupção desse serviços.

E para completar e concluir a parte da agência, uma ação interessante que envolveu a agência e a Ouvidoria. Um leitor, suponho de certa idade, reclamou dos tipos usados pela agência, no site, de difícil leitura. Ele reclamou dizendo que quem tem mais de

quarenta anos, já não enxerga tão bem e tal, tem aqui o e-mail dele, de certa forma bem humorado. A Ouvidoria encaminhou à agência, e ela informou que a área de Tecnologia da Informação da EBC fará o ajuste com o tamanho dos tipos, e concluiu a nossa troca de correspondência dizendo: surpreendente, não estou acostumado a ver Ouvidoria funcionar tão bem, parabéns, os mais velhos agradecem; Renato Riela.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – É um jornalista. Ainda sai falando bem, porque jornalista só fala mal.

O SR. LAURINDO LEAL FILHO (Ouvidor-Geral) – Se

você ler, o primeiro é batendo.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-

Presidente) – Queria pedir ao Diretor de Tecnologia que acelere as providências que estamos pedindo, precisamos realmente resolver o problema tecnológico da agência. Eu combinei com o Secretário Executivo uma reunião para sexta-feira, onde vamos discutir o Portal. Isso é provisório, não podemos ficar com esse site. Isso não pode continuar assim mesmo, tem toda razão a Ouvidoria e os nossos leitores, aquilo é muito ruim.

O SR. LAURINDO LEAL FILHO (Ouvidor-Geral) –

Emissoras de rádio, que é um lugar de céu mais de brigadeiro, ou o Ouvidor Adjunto é mais bonzinho, ou trabalham muito bem, porque as emissoras de rádio, as críticas já apresentadas em relatório anterior, sobre a transmissão de cultos religiosos, e a cobertura esportiva, motivam a realização de dois programas de rádio da Ouvidoria sobre esse assunto. No primeiro foram ouvidos, entre outros, o teólogo Leonardo Boff, e o Superintendente de Rádio da EBC, Orlando Guilhon, entre outras pessoas.

Com relação à promoção da diversidade na cobertura esportiva, o programa ouviu Beto Ferrari, coordenador da BAND FM Noroeste Paulista, que retransmite o material esportivo da EBC, e jornalista Juca Kfoury, também, entre outros. Os depoimentos podem servir como subsídio para o debate sobre as políticas a serem adotadas pela empresa para esses temas, e estão à disposição das câmaras temáticas que estão aí tratando do assunto.

E agora a TV Brasil. As demandas em relação à TV Brasil podem ser divididas em três categorias, as que dizem respeito à programação como um todo, as que se referem a programas específicos e as que tratam de questões técnicas.

Começamos pelas questões gerais, como as enviadas pelo telespectador Eduardo Augusto Palma. Diz ele: informo que essa emissora – aliás, a presidente acompanhou essa correspondência – está perdendo telespectadores pela mudança de horários dos programas apresentados; sei que vocês não têm interesse comercial, mas acredito ter interesse em serem vistos; alterem os horários, os programas, como o De Lá para Cá, com Anselmo Goes, Observatório

da Imprensa, Roda Viva e outros, como Mama África, e Nova África, para um horário mais cedo, como 22 horas; só aqui em casa vocês perderem dois telespectadores.

A presidente acompanhou isso, houve uma resposta dada pelo Superintendente de Programação, mas de qualquer forma fica o registro, porque ele se completa com outros. Um outro Eduardo, esse de Barros Cardoso, se diz insatisfeito com a nova grade de programação, que relegou programas nacionais e o cinema para horários a partir das 22 horas, difícil para assalariados, e priorizou produções de baixa qualidade, estrangeira, como excursões e desenhos animados franceses em horário nobre. Tudo isso entre aspas, não é o ouvidor que está falando. Dora de Almeida Prado Pet dá os parabéns pelo trabalho (entre aspas), mas faz críticas em relação aos horários dos programas, pergunta por que a grade de programação não é feita de maneira a oferecer alternativa ao que é veiculado pela TV comercial. Diz ela: muito tarde da noite não há povo trabalhador que agüente.

Diante dessas manifestações, a Ouvidoria insiste na necessidade, já apresentada em outros relatórios, de uma revisão da programação no horário nobre; entendemos que uma faixa musical, entre 20 e 21 horas, daria ao público a alternativa solicitada pela última telespectadora citada, e serviria como excelente escada para audiência do Repórter Brasil.

Agora, sobre questões mais específicas, ressalto os elogios que seguem sendo feitos ao programa Samba na Gamboa, e os pedidos do público para acompanhar as gravações; reiteramos a necessidade, já também apresentada no relatório anterior, de se

estabelecer algum tipo de política mais ampla para que esse tipo de participação do telespectador nas gravações seja ampliado e dê origem a uma presença maior do público nas gravações dos programas da TV Brasil; e o Samba da Gamboa, que já tem a presença de público, mas é pequena, poderia ser o embrião desse processo.

Helena, telespectadora do Distrito Federal, afirma que adora a programação da TV Brasil, muito rica em cultura e informação – é o que precisamos –, mas não consigo me conformar com a retirada da grade do programa nos Braços da Viola – não é só ela que reclama disso –, que foi uma pena, mas espero em breve ver novamente nossa autêntica música caipira, de raiz, novamente na tela da TV Brasil.

Sobre jornalismo, há uma questão enviada por telespectadora, sobre entrevista realizada pelo Repórter Brasil, e que suscitou, pela complexidade da demanda, uma análise mais cuidadosa da nossa Ouvidora Adjunta de TV, da qual destaco o seguinte trecho: quanto ao descontentamento que está latente no e-mail da Sra. Zilda Araújo, vejo todo sentido, principalmente depois de assistir à entrevista com o ex-Ministro Rubens Ricupero, que foi ao ar no último dia 24 de março no Repórter Brasil noite; o apresentador perguntou o que Ricupero achava do papel de mediador da paz no Oriente Médio, ensaiado pelo Presidente Lula, e o ex-ministro e embaixador disse que Lula não conseguia mediar nem a briga de fronteira entre o Uruguai e a Argentina, provocada pelas papeleiras; sobre a posição brasileira em relação ao Irã, Ricupero disse que era grave, porque o Irã nega o holocausto e condena os opositores à morte; a ouvidora adjunta disse que ao término fiquei pensando onde estava a originalidade que justificasse a entrevista, e concordei com a

Sra. Zilda, que em alguns momentos as matérias são as mesmas dos outros jornais.

Cabe acrescentar, na mesma linha, matéria mais recente onde um suposto trecho de pronunciamento da pré-candidata Dilma Roussef, transformou-se em pauta de jornais e telejornais, incluindo o Repórter Brasil, pauta essa originada de uma transcrição incorreta do discurso publicado pela Folha de São Paulo, que posteriormente reconheceu o erro; no entanto, a partir dele, as matérias foram produzidas sem que o erro fosse apontado. A pergunta que se faz é por que a TV Brasil tem que se pautar acriticamente pelos grandes jornais brasileiros e não por ela própria? Se na política o Repórter Brasil tem dificuldade de se desvencilhar da pauta convencional, em casos policiais isso não ocorre. A Ouvidora Adjunta analisou as coberturas dos casos Nardoni e do Jogador de Futebol Adriano, fazendo, em resumo, as seguintes observações: considero que a TV Brasil está de parabéns nas coberturas dos casos Nardoni e Adriano; no julgamento do casal escapamos do melodrama que vem escrevendo o texto dos noticiários, que a meu ver nada contribui para esclarecer e melhor informar a opinião; a título de exemplo, cheguei a ver na TV Globo, o repórter entrar ao vivo para dizer que a mãe da criança chorou quatro vezes em quinze minutos – essa moça deve estar chorando uma vida, de todas as formas; imaginemos que pobreza simbólica, se lágrimas passarem a ser medida de dor – isso é perigoso; sobre o comparecimento do jogador Adriano à delegacia para prestar depoimento, a repórter fez uma leitura sensível, a meu ver corretíssima, porque na contramão do assédio autoritário que rejeita comportamentos populares que fogem ao que se entende ser o padrão de moralidade; também no caso Adriano, escapamos de uma leitura menor.

E, para finalizar, questões técnicas: prosseguem as reclamações de dificuldades de acesso ao sinal da TV Brasil, em várias cidades brasileiras, em sinal aberto ou mesmo através da NET ;aliás já há toda uma instrução da ouvidoria, a partir da orientação dada pelo Departamento Jurídico da EBC, como estamos informando que aqueles cidadãos que não são atendidos pela NET com o sinal da TV Brasil, o que eles devem fazer, e já há resultados positivos, mas o cidadão tem que entrar em contato com a operadora.

Também reclamam da interrupção da programação em algumas retransmissoras para entrada de programas locais ou de publicidade. Eis um exemplo: Samir Perroni, de João Pessoa, na Paraíba, escreve para solicitar intervenção do canal da TV Brasil, junto à retransmissora na Paraíba, TV Master. Ocorre que recorrentemente a programação da TV Brasil é interrompida para exibição de programação local, repetitiva, diz ele, além de enfadonha e ridícula; hoje – e tem a data no e-mail – foi mais um exemplo disso, quando o filme do programa de cinema Capitães de Abril, foi interrompido pela metade, sem mais nem menos, para começar a exibição de um terrível programa local, sem nem sequer esperar o término do filme – quer dizer, o sujeito está assistindo ao filme e de repente interrompe e entra o programa local; isso ocorre constantemente, o que apenas tende a diminuir a audiência da qualificada programação da TV Brasil.

Prosseguem, também, as reclamações quanto à ausência da programação no site da TV Brasil, com a da telespectadora Jaqueline de Amaral Ferreira. Ela pergunta: vocês conhecem o site da TV pública espanhola? E nos fornece o site. Aliás, quem puder ter acesso a esse site, www.rtve.es, clicar no programa da Ouvidora, da

Defensora Del Pueblo, é para ninguém botar defeito. A nossa telespectadora diz: façam uma visita e vocês verão que uma parte enorme dos programas já exibidos está à disposição do público, sem nenhum outro gasto, o que cada um de nós já paga para as operadoras. Ela diz: não sei como funciona tecnicamente, sei que posso ver as séries, mas obviamente não posso copiá-las, o que me parece a coisa mais correta do mundo; quando teremos algo semelhante?

E para terminar, um e-mail mais recente, que nem consegui copiar ainda, do Martinho Gaia. Ele diz o seguinte: gostaria de saber quando a TV Brasil vai deslanchar e tentar ao menos alcançar o nível das TVs privadas; não está faltando mais mídia para a mídia? A TV Brasil deveria pegar em qualquer biboca do Brasil, mas o que pega mesmo é a Globo; que tal desenvolverem um PAC – Programa de Aceleração da Audiência, algo que coloca a TV no gosto popular; por que não produzir séries para concorrer com as novelas no mesmo horário, de grandes obras da literatura brasileira ou do teatro? Por que não imprimir um ritmo mais moderno, mais acelerado nos programas, vinhetas comerciais? Isso evita o sono. Por que não descubrem novos talentos do humor e de um *talk show* de variedades? Vão deixar só o Jô formar opinião, vão deixar só os roteiristas de novela conduzir as tendências do país? Enfim, quando é que a TV pública vai ser páreo para as TVs privadas?

Era isso. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigada, Laurindo. Vamos, passar dez a quinze minutos

com os conselheiros, para que possamos discutir um pouco essas questões colocadas.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Esse tempo, dividido pelos conselheiros, vai dar dois ou três minutos para cada um. Eu pediria um pouco mais de tempo.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-

Presidente) – Quanto para mim, presidente? São tantas questões do Ouvidor.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães

Vieira) – Quem gostaria de se pronunciar? Quatro. Acho que uns cinco minutos para cada, no máximo.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Eu acho que o relatório que o Lalo apresentou traz uma porção de questões importantes. Muitas delas não são novidades, mas trazem questões que de uma forma ou de outra têm que ser enfrentadas, seja por este Conselho ou seja

principalmente pela Diretoria Executiva. Eu listei algumas delas e queria dar minha opinião.

Dentro de cada área encarregada de produção de programas de jornalismo, do que seja, deveria ter uma pessoa encarregada de dar respostas à Ouvidoria. Acho que isso ajuda, facilita. Eu entendo perfeitamente, no meio de uma redação, a quantidade de problemas que se tem, aparece aquele negocio da Ouvidoria, com tanta coisa para fazer, coloca de lado. É assim. No entanto, se a Ouvidoria vai poder fazer um trabalho mais sistemático, mais aprofundado, é perigoso ficar a Ouvidoria respondendo aos problemas, porque acaba criando uma espécie do gueto dos chatos; tem que ter uma internalização dentro das áreas, sobre essa preocupação.

Então, acho que a fórmula, mesmo que não se vá fazer algo tão exaustivo, seria ter alguém em cada uma das áreas, alguém na rádio, alguém na agência, alguém no jornalismo, alguém na produção, etc., que esteja encarregado de dar um tratamento àquela questão e que não se limite à resposta burocrática; resposta burocrática, de modo geral, é falta de tempo para lidar com o problema.

A questão de base de dados da agência, é igual ao negócio do site, tem que ser resolvido com rapidez. Hoje em dia, com o peso que tem a internet, na disseminação de informação, se programas, de tudo isso, estarmos fora, ou capengas na web, é um absurdo sem tamanho. Então, eu acho que temos que resolver isso. Inclusive, sei que tem um problema, Tereza, que quando se fez mudanças na programação, alguns programas foram, vamos dizer, a

permissão era apenas para utilização na TV e não na web. Acho que temos que renegociar isso. Tem que ver. Se for o caso, ou bota na marra ou faz alguma coisa, mas o que não pode é por causa de alguns programas ficarem fora da web; ou ficar uma web que não é web tem tempo real. Tem que ser como é na Espanha mesmo, tudo que já foi exibido tem que estar disponível. Por exemplo, acho muito interessante o trabalho que o jornalismo da EBC tem, todos os telejornais que foram ao ar estão lá. Então, pode consultar e ver outra matéria. A TV comercial é que não pode fazer isso, a TV pública pode fazer isso, até porque não está tirando audiência dela mesma quando está fazendo isso, não está disputando publicidade, nada disso. Então, acho que isso tem que ser feito.

Pessoas com dificuldades visuais, que reclamam de letra, penso que temos que ter uma atenção. O critério da acessibilidade tem que estar presente na construção dos sites e portais da EBC. Aumenta a letra, aumenta contraste, não resolve inteiramente o problema, mas resolve. O Governo tem experiência nesse tipo de coisas, não é nenhum bicho de sete cabeças, existem ferramentas para isso. Mas tem que ter um critério, pois isso é importante.

Queria tocar numa questão que me preocupou. Na questão da televisão, mais especificamente do jornalismo, as críticas que foram feitas. Por exemplo, a entrevista do Ricupero. Em princípio eu não concordo com nada que o Ricupero falou, mas fico preocupado de acharmos que temos de ter um critério de que quem fala coisa como essa da TV comercial. É o seguinte, você está na sociedade, parte do debate público. Acho um besteiro monumental do Ricupero. Agora, tem muita gente que tem que ouvir aquilo, mas temos é que levar gente que pensa diferente, ter debate. É isso que tem que qualificar. Concordo com uma questão levantada, não na

crítica específica do Ricupero, mas algumas vezes, na TV Brasil, Agência Brasil, são um pouco pautadas pela mídia tradicional, vai meio a reboque da manada. E isso não é por sacanagem, não é por nada, mas é porque o peso é muito grande. Por exemplo, esse negócio dessa frase que a Dilma disse, que tiraram do contexto, que ela não falou nada daquilo. Até se perceber que isso foi uma coisa de evidente má-fé, colocou uma palavra na boca dela, que não falou, isso leva algum tempo. Então, o ideal seria, como falam aí, que não seja pautada, forme a sua própria avaliação, seja mais profissional, seja mais competente. Agora, temos que entender que não é uma coisa simples, é um processo de construção. E tenho medo de querer fazer o sinal inverso, os caras lá fazem algo que não é um jornalismo de boa qualidade, deformam, deturpam, etc., e aí faz outro jornalismo aqui com o sinal trocado etc. Acho que temos que procurar ter princípio, busca da verdade, da isenção, essas coisas que as pessoas acham que não existe, mas a busca da isenção ajuda muito no jornalismo, porque pelo menos fica preocupado de não ser partidário. Sempre digo que a busca da isenção é como a busca do amor, não necessariamente se encontra, mas se parar de buscar será uma pessoa infeliz. Então, a busca da isenção é a mesma coisa, se parar de buscar será partidarizado.

Quanto à dificuldade técnica de acesso, não sei se a Ouvidoria tem essa informação para também transmitir aos telespectadores, mas não vai se resolver a curto prazo esse problema da qualidade do sinal, e a extensão do acesso. Por que não vai? Porque isso custa caríssimo. Colocar o sinal no interior da Paraíba custa caríssimo. Estamos numa transição do sinal analógico para o sinal digital e ninguém vai investir dinheiro no sinal analógico, já tem que investir no digital. Tem esse plano aí do operador único digital, e é nesse sentido. Mas isso é um plano que leva alguns anos, não é

uma coisa simples. Mas isso a Ouvidoria precisa também ter essa informação para dialogar com reclamações que são legítimas, mas não tem como resolver a curto prazo.

CONSELHEIRO LOURIVAL ANTÔNIO MACEDO –

Gostaria de parabenizar o Lalo pelo excelente trabalho. E sugerir, o Ministro Franklin Martins até já adiantou algumas coisas, com relação a essa resposta burocrática da agência. Vamos dizer assim, se a agência concorda com o leitor e promete aprimorar; acho que a Ouvidoria não deve se satisfazer com isso, porque eu me coloco no lugar do ouvinte ou do leitor e fico indignado com aquilo, com essa resposta não me dou por satisfeito. Acho que a Ouvidoria deve questionar a quem respondeu, ir conversar para ajudar a formular uma resposta satisfatória. E com relação às matérias, o caso das enchentes do Rio, temos que nos preocupar, sabemos que tudo aquilo é consequência da corrupção, que é grande no país. Vemos o caso do Chile, por exemplo, morreu mais gente no Rio de Janeiro que lá no terremoto do Chile, e temos que nos preocupar e começar a fazer matéria, não digo que na hora, porque se não pode provocar uma reação inesperada, mas de agora para frente os veículos de comunicação da EBC se preocuparem em dar a origem daquilo, olha, desviou verbas, os prefeitos autorizavam aquelas construções em locais perigosos, simplesmente para não fazer infra-estrutura, não ter que destinar uma área para a população, deixa ao deus dar. Então, cada um vai construindo do jeito que quiser e está bem, e depois todo mundo é penalizado, é sacrificado com isso, não só as vítimas, mas a população toda paga por isso também.

CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOVSKI – Vou ser breve, e gostaria de parabenizar o trabalho do nosso Ouvidor. Acho excelente que sempre se faça isso, porque é uma maneira de nos esclarecer, para que possamos fazer uma autocrítica sobre o nosso próprio trabalho. E concordar especialmente com a sugestão do espectador, por ele transmitida, sobre o Programa Samba na Gamboa. Realmente, a cada vez vejo mais valorizado, acho que deve ser ampliado a maior participação do público.

Também gostaria de voltar a um assunto que falei na vez passada. Tenho acompanhado atentamente, principalmente nos fins de semana, a rádio Nacional da Amazônia, e gostaria de insistir para que ela reforçasse o noticiário, porque a Amazônia é hoje um dos focos mundiais, principalmente discutindo a questão da Usina de Belo Monte, e vejo o noticiário um pouco restrito, e ainda aquele horário agora entre meia noite e cinco da manhã, quando se poderia fazer algo parecido com o Amazônia na Madrugada. Tenho certeza que teríamos condições de fazer; talvez seria o caso de as autoridades competentes examinarem a própria possibilidade dos militares, que são muito presentes na Amazônia, o General Enzo, Comandante do Exército, presente nas nossas fronteiras, que tenha uma participação nesse programa da Rádio Nacional da Amazônia.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigada, Paulo.

Gostaria de registrar a presença dos ministros Juca Ferreira, e Sérgio Rezende. Sejam bem-vindos. Passaria a palavra para o ministro Juca, e, depois para a Tereza, para finalizarmos essa

etapa, porque ainda temos mais dois pareceres e a discussão da consulta pública.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro de Estado da Cultura) – Boa tarde a todos e a todas. Queria assumir a discussão proposta pela Ouvidoria, de outra maneira, puxando para um modelo, melhor dizendo, para o epicentro de uma estratégia de constituição de uma TV pública. Em qualquer empresa privada que se vai, vamos ver escrito em algum lugar ou alguém vai dizer a seguinte frase: o freguês tem sempre razão. O que não é muito verdade, quando o freguês se distancia do lucro, por algum motivo ele perde a razão rapidamente. Mas como o freguês aqui é o consumidor, é quem faz com que a roda da empresa funcione, tem algum sentido dizer essa frase. No órgão público essa frase deve ganhar um sentido maior ainda, principalmente se for uma TV pública, porque uma televisão, para se estruturar, ela tem que ter uma capacidade de escutar os seus ouvintes em potencial, e ser capaz de traduzir em aprimoramento quase diário. Então, ao invés de ser uma tarefa extra, algo que dê trabalho e que torne enfadonha a resposta, e, portanto, uma externalidade que vai ser cumprida burocraticamente, ela tem que ser um instrumento central na percepção do aprimoramento do modelo, mesmo que não considere em curto prazo a questão que está sendo levantada. Mas a incidência, a constância e o tratamento do que vem de fora, acho que tem que se deslocar para algo central. Reforçaria a proposta do Franklin, mas diria mais adiante ainda, quer dizer, além de ter uma pessoa em cada setor deve ter algum procedimento interno, na empresa, de processar essa entrada de observações dos ouvintes, para fazer dela um dos patamares de diálogo e de construção do aprimoramento. As TVs comerciais têm isso. Por exemplo, as

novelas, em parte, são escritas pelo ouvinte. Quando um personagem que está fadado a morrer, passa a ganhar Ibope, tem muita carta, rapidamente ele ganha uma sobrevida e, às vezes, vira o herói no final da novela. Ao contrário, quando um personagem importante na trama começa a desagradar o público, ou eles modificam ou até o cara tem uma gripe fatal, ele passa a ser condenado a sair da narrativa e desaparecer da história com alguma argumentação.

Não é só nesse aspecto. Em todos os aspectos eles trabalham permanentemente, em todas as TVs têm pessoas poderosas no esquema de trabalho. Então, para mim, a Ouvidoria é a porta de entrada, mas tem que ter, no trabalho de construção de todos os segmentos, um procedimento que tenha uma constância na construção, principalmente de uma TV que está se construindo. Esse é o momento da construção da TV pública, estamos inaugurando uma fase que até então não tínhamos. Então, esse é um processo de construção de inteligência, de aprimoramento, e deveríamos nos dedicar um pouco mais a esses retornos.

Vou comentar a parte de conteúdo. Eu acho que, às vezes, a TV pública se pauta excessivamente pela pauta das TVs privadas. Nós, no Ministério da Cultura, levantamos uma questão que é escandalosa, a questão da Lei Rouanet, que 80% do dinheiro do Ministério vai para dois estados no Brasil; 60% fica na cidade de São Paulo e no Rio de Janeiro; 3% dos proponentes, ficam com mais da metade do dinheiro. Evidentemente que as empresas de radiodifusão, por conflito com o Governo, por interesse até direto, tem uma determinada emissora que capta, por ano, de sessenta a setenta milhões na Lei Rouanet. Vieram com a cortina de fumaça. Eu fui para um programa da TV pública onde as perguntas eram

iguais e o roteiro da narrativa não me deu oportunidade de acrescentar nada novo, porque tive que ficar meio num pingue-pongue, igual ao que fico nos programas da TV Globo, e das outras, que têm esse interesse; e não precisa isso. Eu tenho a impressão que é um certo receio de ser Chapa Branca, e a falta de algo estruturado, mais profundo, que dê uma autonomia de conteúdo para estruturar. Só se tem autonomia se tem, como diria minha bisavó, cabedal para constituir sua autonomia. Então, tenho impressão que está faltando certa constituição de algo que permita ir construindo uma narrativa da TV pública, que não necessariamente é de aproximação com o Governo. Acho que inclusive é fugir desse negócio, porque fica um vício de ou se aproxima do Governo ou é obrigada a comprar pauta para não parecer que está próximo do Governo, e não saímos dessa cilada maluca, que é a ignorância total da objetividade dos fatos e dos processos.

Por exemplo, queria discordar um pouco de você, pois a questão das cidades brasileiras não é só corrupção. Estive na China, acompanhando o vice-presidente, passamos lá uns doze dias. Quem me acompanhava era membro da Academia de Ciências da China. Lá pelo oitavo dia, eu disse, olha, o lado bom da China você me mostrou, e agora me conte um problema da China. Aí o camarada já tinha intimidade, gostava de música brasileira, “caipirinha, caipirinha” toda hora. Sabe o que ele disse? Vou contar um problema que vocês têm intimidade com ele, no Brasil foi dramático e na China veio a ser trágico. Ele disse: até a década de sessenta, vocês tinham só 23% dos brasileiros vivendo em algum tipo de cidade, e hoje têm mais de 80%, ou seja, um crescimento vertiginoso das cidades brasileiras, que inviabiliza escola, trabalho, infra-estrutura de saneamento básico etc. e tal. E aí ele disse, imaginem a China, o desenvolvimento chinês também está concentrado em seis regiões da china, Xangai

etc. e tal, e me deu o mapa do desenvolvimento. Há uma pressão enorme da população rural em vir para as cidades, nós criamos um passaporte e a pessoa precisa carimbar o passaporte para se mudar. Mas está inviável, porque já tem não sei quantos milhões de clandestinos que montaram redes, inclusive estão corrompendo a estrutura do estado chinês, porque querem vir para as cidades, porque o desenvolvimento não chega. Não podemos modernizar o campo chinês, porque senão desemprega e não temos a menor perspectiva de como solucionar esse problema e uma hora dessas a rede de proteção, para não haver uma urbanização radical, vai se romper em algum momento. O cara foi ao “grão”, foi ao ponto. Quer dizer, estamos vivendo um processo que pela primeira vez tem possibilidade de se repensar as cidades brasileiras, reconstituí-las dentro de moldes diferentes. Já fui Secretário de Meio Ambiente de Salvador, e andei tirando gente de beira de encosta e virava uma guerra civil. Para ir lá na beirada tirar aquela pessoa, algumas casas já tinham metade no ar, e mesmo assim a pessoa não queria sair, contava com a solidariedade do bairro inteiro. Então, não é só corrupção, é um problema profundo, grave, que precisamos reestruturar uma capacidade de compreensão do reordenamento urbano, do acesso à terra urbanizada por parte dessa parcela da população, que não tem acesso; há uma discussão constituída desde a HABITAT I e II, que está bem constituída, mas não teve reflexo no processo real de administração das nossas cidades. O Brasil é um dos países onde essa situação é mais grave, mas a América Latina toda vive isso, e não há solução em curto prazo, porque é muito dinheiro para disponibilizar terra urbanizada, para reinserir essas pessoas. Então, é uma possibilidade imensa de um tratamento profundo, por parte de uma rede pública, que nem se coloca essa questão próxima, longe, perto, contra ou a favor de governo, é uma questão de tratamento mais profundo, que a mídia comercial, os radiodifusores comerciais não têm o menor interesse, nem chegam a

ir, porque o problema deles é o jogo de interesse onde eles têm um papel muito determinado que não é muito simpático ao nosso governo.

Então, como constituir esse processo que de fato capacite a nossa TV a tratar as questões com esse patamar de profundidade? Essa é a questão que veria como essencial, para que pudéssemos, não em curto prazo, mas num prazo relativamente curto enfrentar esse tipo de problema e ser capaz de fato de fazer emergir na TV pública uma problemática que vai ser um banho em relação às outras, pela profundidade.

É mais ou menos isso que queria dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Muito obrigada, ministro. Vamos ao último questionamento, da Tereza. Por favor.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Não estou respondendo aos conselheiros, mas queria colocar alguma coisa do contexto em que essas observações, todas muito bem-vindas, acontecem. Queria começar pelo jornalismo. Vi muitas observações às questões do jornalismo.

Queria dizer aos conselheiros, que todos conhecendo a minha trajetória profissional, sabem que eu não teria vindo para a TV pública para que o nosso jornalismo fosse igual ao dos canais

privados, porque senão continuava lá. Mas reconheço que é verdade, muitas vezes o nosso jornalismo não se diferencia. Mas ele tem diferenciais, ele tem uma participação do telespectador, através de um quadro de vídeocolaborativo, ele tem uma preocupação didática de ensinar, e tem dificuldades de interatividade para receber. Precisamos melhorar isso. Há culturas que não estão ainda formadas dentro da empresa. Há uma cultura com viés mais do tempo em que, por exemplo, se fazia comunicação governamental, há muita gente do mercado que ainda tem o viés competitivo de fazer algo com a mesma pauta. Acho que temos que avançar nisso.

Temos que, por exemplo, incorporar a idéia de que falamos com a sociedade, e que devemos receber a pauta, permitir que a sociedade ajude a construir a nossa pauta, e não a mídia. Temos dificuldade com isso. Acho que tem uma série de coisas em construção no jornalismo, que foram apropriadamente apontadas, mas não são assim tão rígidas, não acho que façamos igual. Mas acho que não nos diferenciamos o necessário, e acho que a interatividade é muito baixa.

Aí entra o problema que nos descabelá, que é o negocio de tecnologia. Nós entramos na idade da pedra. Hoje mesmo propus ao Secretário Executivo mais uma rodada de reunião para solução. Realmente sem um saldo tecnológico não se muda a relação com a sociedade. Está impossível isso. RTVE – sou uma internauta muito freqüente de todas as TVs públicas, e em RTVE vejo *El Amor en Tiempos Revueltos*, sempre que posso, que é uma série linda deles. É maravilhoso o número de vídeos em demanda. Nós não temos capacidade. O Repórter Brasil fez um site para si próprio, que custa caríssimo, onde tem vídeos de jornalismo em demanda. Esse nós temos, mas não temos para a televisão como um todo. E eu quero

resolver o problema da televisão como um todo. O jornalismo tem, todos os vídeos em demanda, mas foi uma solução muito unilateral. Mas o problema é muito de tecnologia.

Há culturas muito conflitantes, ainda, dentro da TV pública, e acho interessante que o conselho venha a pontuar. Eu escuto coisas assim, que a sociedade organizada são os quilombolas, que falamos só para a sociedade organizada, que não devemos ter pautas específicas com certos setores, porque seremos “chapa branca”. Tem tudo isso. Os programas de debate, um certo nível de agressividade como se isso representasse a independência. Eu vejo isso. Mas temos uma cultura interna a construir, que levará tempo e é muito importante, quando essas observações vêm do conselho, elas nos autorizam mais a levar para dentro da empresa.

E tem coisas também, por exemplo, está aqui ao nosso lado a Gerente Executiva de Jornalismo, que nesse momento é minha primeira auxiliar, no momento em que acumulo, que é a Flávia Mello, e sou testemunha disso. Por exemplo, quando se trata de jornalismo que envolve o setor público, hoje mesmo tive que fazer uma ligação para ajudar a conseguir que um órgão importante, a Secretaria Nacional Antidrogas, gravasse para nós, porque estamos fazendo uma matéria maravilhosa sobre o *crack*, esse flagelo que assola a sociedade brasileira nesse momento, e temos dificuldades.

Então, Ministro Franklin Martins, tem também outra coisa, que é uma espécie de descaso com a TV pública; sabe, tenho que gravar para a Globo, para o SBT, para não sei quem...

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Mas isso não é um problema do Conselho, me desculpe, é um problema do Governo.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-

Presidente) – Estou comentando, que enfrentamos, também, isso. Enfrentamos isso na prática, uma espécie de coisa assim, primeiro a TV comercial, que tem mais audiência, e depois, se puder, a gente grava para a TV pública. É mais ou menos isso que me dizia a Flávia. Então, são problemas que enfrentamos no cotidiano. Sobre jornalismo, é isso que ia dizer.

E acessibilidade. Voltou o Diretor de Tecnologia. Achei muito importante que tenha ouvido, Diretor, toda essa premência que temos. Então, é aquela discussão do conselho de administração, o que é mais importante, resolver o problema das impressoras ou esse? Acho que temos que encontrar rapidamente alguma solução.

Estamos tentando construir, com uma profissional que fez o site da BBC um portal muito parecido com o da BBC, convergência de mídia; e que é parecido também o da RTVE, que é a mesma filosofia. Mas exige investimento, exige providências administrativas, o Secretário Executivo está com uma série de licitações já realizadas na praça, esperando que sejam entregues, equipamentos, softwares, hardwares e de outras naturezas, para que possamos dar um salto no ambiente digital. São coisas que estão em curso.

TV Web. Ministro, é uma coisa de enlouquecer. Eu tenho feito gestão, estou cuidando direta e pessoalmente, de voltar a televisão da Web sem conteúdos internacionais. Mas a toda hora é um problema, é outro problema de tecnologia. Mas em poucos dias a TV estará na Web, de novo, juntamente com o Canal Internacional.

Queria comentar sobre coisas pontuais do seu relatório, Ouvidor. Queremos, sim, que os Braços da Viola volte, estou em negociação com o produtor, um programa muito querido.

E queria dizer o seguinte, sobre sinal. Uma coisa que os conselheiros precisam entender é que a TV pública nasceu com cinquenta anos de atraso, e por isso na undécima senão na duodécima do sistema analógico. Portanto, todo espectro já estava ocupado pelo sistema analógico. Então, quando foi criada a TV Brasil, o que a União entregou à EBC para com essas fazer a canoa, fazer a TV pública, foram três canais. E me lembro de um grande dirigente de televisão no Brasil, de televisão privada, que falou assim: você tem noção do que está fazendo? Eu, que estava saindo de uma empresa privada, de uma posição profissional muito cômoda, sair da minha zona de comodismo. Ele disse assim: você está falando em rede.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Não era tão cômodo assim, não é, Tereza?

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Era uma zona de conforto, Ministro, em alguns aspectos; em outros, nem tanto. Mas, em suma: você sabe o que é fazer uma televisão com três canais? Então, é preciso saber disso, nós recebemos três canais. O Ministro Franklin nos ajudou muitíssimo depois a obter os canais de São Paulo e criar São Paulo. Essa TV Master, Lalo, é pirata. Nós só temos quatro canais próprios, hoje, que são Rio, Brasília, São Paulo e Maranhão. O conselho precisa saber da nossa realidade no sistema analógico. E estamos, no dia 27, temos ali o Superintendente de Rede, dando início às transmissões simultâneas, de dez horas, em rede, com 22 emissoras educativas e universitárias em 22 estados. Televisões dos estados e das universidades, sendo que sete delas são televisões, canais que a EBC requisita para si e cede à universidade, porque a EBC também não tem perna e braço para ir lá montar e fazemos um acordo com a universidade.

Este é o momento. Agora, canal próprio só temos esses. Sinal na parabólica, a gente briga, divide *transponder*, briga com a Embratel, divide *transponder* com o MEC, e não tem solução a curto prazo mesmo. Parabólica é um complemento. Como disse o Ministro Franklin Martins, estamos na travessia, sempre digo, do “mata-burro”. Então, é do lado de lá. No sistema digital, que a TV pública vai ter uma existência decente, ou seja, uma rede nacional, um sinal com a mesma qualidade das TVs privadas, uma cobertura completa do Brasil. Então, temos que ter, digamos assim, tranquilidade para atravessar, sem abdicar de fazer o que for possível para ampliar a nossa cobertura, como os acordos de rede, como acordos com outras TVs educativas, e até privadas. Por exemplo, tem cidades em que temos um ou dois acordos com TVs universitárias de qualidade, de

centros universitários privados, caso da TV Tati de Ribeirão Preto. Agora, TVs piratas que captam nosso sinal, tem muitas. Estamos tentando combater. Agora, o Brasil, vocês sabem, é muito complicado, pois a toda hora descobrimos uma pirata, que pega o sinal e usa enquanto não tem programação, e na hora em que quer enviar o ratinho local dela, ela corta o filme.

Agora, só uma coisa, Ouvidor. Ministro, esse negócio de ter uma pessoa para responder às pessoas, às demandas, é muito difícil. Não adianta, eu sei como o nosso problema de gente é grande, e toda hora estamos é reprimindo demanda por pessoal. Então, não adianta falar, porque vai ser mentira, não temos como colocar uma pessoa na agência e, outra, na TV Brasil para responder. O que temos é que ter um padrão de dizer, sua questão será encaminhada à Ouvidoria, que tomará as providências, e a Ouvidoria vem para cima de nós, por que houve isso, e aí se dá a resposta. Acho que não podemos, nós, responder.

Por fim, sobre o programa de La Defensora, o programa do Ouvidor, que é uma coisa de lei na TV Brasil, e que não estamos cumprindo, por absoluta falta de recursos humanos, se quiserem saber. Eu cedi um assessor meu, Lalo sabe disso, uma vaga minha, que seria de alguém, para ser o Diretor do Programa do Ouvidor, tanto sou empenhada em que haja o programa do Ouvidor. Estamos lá em São Paulo, Diretor Geral, tentando viabilizar a produção do programa do Ouvidor, em breve, teremos isso no ar, porque é mesmo uma vergonha uma não tenhamos posto no ar. Mas também não foi por falta de consideração à Ouvidoria e aos telespectadores, mas por falta de recursos humanos.

Teria tanta coisa, mas aí falaria muito, e depois a presidente me cortaria.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Muito obrigada, Laurindo, obrigada, Tereza, a todos que colaboraram nessa discussão.

Agora, temos dois pareceres. O primeiro parecer trata de um parecer da Câmara de Jornalismo e Esporte, sobre a proposta de política de esporte para a EBC, que nos foi apresentada pela Diretora-Presidente, na última reunião. Nós solicitamos à Câmara que apreciasse esse tema, e o Professor Murilo está os trazendo um parecer, para nossa discussão. Não temos muito tempo para discussões, porque o principal ponto de pauta é a consulta pública, mas teremos uns quarenta minutos para esse e para o outro ponto de discussão, sobre o Manual de Jornalismo, também trazido pela Câmara de Jornalismo e Esporte. Por favor, professor.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Presidente, o Ministro Juca vai se retirar para ir para São Paulo. Não é isso, Ministro?

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro de Estado da Cultura) – Não. O Secretário Executivo vai me representar.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Então, eu vou ter que fazer isso, em consideração ao Ministro Juca e a sua equipe, porque estamos lançando em São Paulo, hoje, um resultado de uma ação conjunta muito importante, que são as três minisséries. Em suma, estamos premiando, hoje, em São Paulo, o Ministério da Cultura e a EBC, TV Brasil, as três minisséries dramatúrgicas resultantes de um programa de fomento do Mais Cultura, que é um programa do Ministério da Cultura; e a TV Brasil é a exibidora e participa do processo, embora o financiamento seja exclusivo do MINC. Mas vamos ter essa cerimônia no começo da noite, como o Ministro não vai, eu vou me retirar. Então, queria colocar duas coisas antes de entrar na discussão de esportes, porque senão perco o avião. Amanhã, de novo, estaremos aqui cedo, lançando outro evento com o Ministério da Cultura, que é outra premiação de um documentário, um concurso de Cinquenta Anos de Brasília.

Queria dizer duas coisas. O Secretário Executivo nos demandou alguma informação de audiência. Mas isso não está claro que metodologia vamos usar. O que fizemos? Estamos trazendo uma síntese comparativa de fevereiro com março, dos programas de maior audiência, fiz hoje correndo um texto analítico de algumas questões que aí estão colocadas; e que definamos, com o Conselho, uma metodologia. Claro que até por razões de contrato, não podemos ter aqui o diário, que é um sistema onde o gestor de televisão entra e fica ali olhando a audiência. Podemos dar mapas. Por exemplo, elaboramos hoje algo muito sintético para o Conselho observar. A minha proposta, senhor presidente, é um relatório mensal a cada reunião do Conselho, onde pegamos a evolução em relação ao mês anterior, aos programas que estão bem resolvidos e

os que estão mal resolvidos. Nesse pequeno paper que estamos apresentando, vimos a evolução de audiência, a extratificação social, as diferentes classes sociais alcançadas pela TV Brasil, a questão do gênero e faixa etária, e o desempenho por horários, manhã, tarde e noite; onde estamos mal, continuamos mal resolvidos no juvenil. Essas coisas. Fiz um pequeno texto, muito breve.

Agora, a metodologia o Conselho é que tem que dizer, para que na próxima reunião possamos trazer algo de acordo com o combinado. A minha proposta era um relatório simples, com alguns gráficos, algumas coisas a cada reunião do Conselho.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigada. Se todos concordarem com a proposta da Tereza, a cada reunião mensal ela traz uma informação sobre a audiência. Está certo?

CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS – Boa tarde. Conforme a presidente informou, foi solicitado à Câmara Temática de Jornalismo e Esportes, pela presidente do Conselho, que analisasse um documento de políticas de esportes para a EBC, que foi encaminhado ao Conselho pela Diretoria Executiva. Então, a câmara reuniu-se para analisar o documento. Só para lembrar, a câmara é composta pelo Conselheiro Lourival, Paulo Deremgowiski, Conselheiro Manuel Seabra, e a Conselheira Ana Fleck.

Eu vou rapidamente ler, são quatro páginas, o parecer

que produzimos para submeter a este Conselho, sobre a política de esportes:

"A iniciativa da Diretoria Executiva da EBC, de submeter ao Conselho Curador uma proposta de política de esportes para a TV Brasil e para o sistema de rádio da empresa, é bem vinda por duas razões principais. Por contribuir para que o conselho aprofunde progressivamente sua missão estatutária, analisando previamente políticas e propostas de programação, e por trazer o esporte, reconhecidamente uma carência, em especial na programação da televisão, à atenção do conselho.

As premissas apontadas no documento à Diretoria Executiva: respeito às peculiaridades de cada veículo da empresa, especialmente das rádios; ênfase nos esportes olímpicos e paraolímpicos, buscando diferenciação de conteúdos, e caráter suplementar às programações comerciais; a preocupação com novos formatos e linguagem são premissas corretas na visão da Câmara e denotam o esforço de focar a política de esforços nos objetivos públicos estratégicos da EBC.

Destaca, ainda, o documento da diretoria executiva, que a EBC não tem estado alheia à questão do esporte, como atestam a TV Brasil, programas como o Esporte Visão, Mesa Redonda, especializada em futebol, levado ao ar nas noites de domingo; também a transmissão da recente Copa Brasil de futebol Júnior; e, ainda, as iniciativas para apresentar uma cobertura diferenciada – isso é o que está previsto – durante a próxima copa do mundo de futebol, no mês de junho.

Já no caso das rádios, o destaque fica por conta da Rádio Nacional AM do Rio de Janeiro, que seguindo uma tradição de décadas, transmite jogos do Campeonato carioca de futebol e, mantendo, por exemplo, um programa que já foi ícone no rádio esportivo brasileiro, no tempo áureo da Rádio Nacional – e me dei conta fazendo o parecer, que há mais de cinqüenta anos comecei a escutar o Mundo da Bola na Rádio Nacional, a marca está presente até hoje na Rádio Nacional.

Contempla, ainda, o documento, que “as emissoras da EBC, na avaliação da diretoria executiva, poderiam também explorar as possibilidades eventuais de transmitir eventos de massa, em modalidades de autodesempenho, como o futebol, profissional adulto masculino, utilizando potencial de audiência deste tipo de programação, para desenvolver a capacidade das equipes e experimentar novas fórmulas, atraindo novos espectadores para os canais públicos, onde tomarão contato, através de chamadas, com o conjunto da programação.

Prossegue esse parágrafo do documento: a escolha dos eventos também envolve discussões com o mercado, sobre direitos de transmissão. Para tanto a EBC teria que criar uma divisão específica para escolher, negociar e oferecer ao comitê de programação, as opções cabíveis sob o ponto de vista econômico e da oportunidade editorial e prático.

Quanto às necessidades operacionais para dar conta desses eventos – falando de futebol profissional – a opção será a terceirização por evento, como já é praxe para as emissoras, de forma similar ao que a Superintendência de Rádio propõe para

complementação do seu núcleo de esportes. A prática barateia custos e garante à TV Brasil a certeza de utilizar os recursos mais modernos e os técnicos específicos mais bem treinados no assunto, especialmente em transmissões, ficando com seus profissionais as atividades de locução e comentários”.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Só um instante. Eu não entendi o que é isso, a terceirização.

CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS – Eu vou

explicar em seguida. Transcrevi o documento da política de esportes. É um modo de terceirizar as transmissões, que está mais claro adiante. É que eu esqueci, peço perdão, pois o documento da política de esportes é geral quanto à política de esportes e, depois, pede ao conselho que se manifeste sobre a idéia de transmitir a Série C do Campeonato Brasileiro. Foi pedido especificamente. Então, é isso que vai falar o documento.

“As ponderações acima remete-se, salvo melhor juízo, o que também ficamos em dúvida, aos interesses da EBC, de adquirir, por meio de empresa especializada, os direitos de transmissão da Série C do Campeonato Brasileiro, de Futebol Profissional, organizado pela CBF – confederação Brasileira de Futebol. Como se sabe, a CBF organiza quatro séries de campeonatos profissionais, sendo que as séries A e B, de maior prestígio, são transmitidas hoje, respectivamente, pela Rede Globo de Televisão, em sinal aberto, e

pelas operadoras de TV por assinatura, Sky e Net, entre outras.

Só um parêntese rapidinho. Para quem acompanhou e acompanha esse assunto, há duas semanas, houve uma polêmica enorme, porque houve uma antecipação, inclusive, de eleição para o chamado Clube dos Treze, que são vinte, para a renovação dos direitos de transmissão dos três próximos anos do Campeonato Brasileiro da Série A. Foi a CBF Rede Globo, contra o Clube dos Treze, e ganhou o Clube dos Treze. Há uma declaração do Beluzzo, ex-presidente deste conselho, presidente do Palmeiras, que votou na chapa vencedora, dizendo que nunca tinha visto tanta baixaria, na vida dele, quanto foi essa eleição. Isso para dar uma idéia da problemática que sempre esta envolvida na discussão da transmissão de futebol, nesse nível, no caso da Série A, que é muito dinheiro, 1.8 bilhões em três anos, que é o que viabiliza hoje o futebol profissional brasileiro série A.

Segue o parecer: conforme informou a Diretoria Executiva, por meio de sua diretora presidente, por solicitação da câmara, os direitos de exploração dos jogos da Série C foram adquiridos, da CBF, pela empresa Sport Promotion. Tem aqui o endereço eletrônico da empresa, fomos olhar, com a qual a EBC está, nesse momento, em negociações. A essa câmara não foi informado o custo para a EBC da cessão, pela Sport Promotion, dos direitos de transmissão a eventuais interessados. Não obstante, a diretora executiva informa ter planos para captação, na forma permitida por lei, de patrocínios junto a empresas estatais e privadas, visando a transmissão dos jogos da Série C.

Quanto à sistemática de transmissões, Ministro Franklin, a

Sport Promotion disponibiliza as imagens para a emissora, que fecha contrato com ela, cabendo a essa fazer a narração, comentários e reportagens.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Isso é terceirizar a transmissão.

CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS – Pelo que apurou este comitê temático, a Série C não tem ainda tabela definida, visto que conforme prática da CBF e da empresa detentora dos direitos de transmissão, o planejamento do campeonato somente se dá após a garantia de recursos financeiros oriundos do contrato assim firmado entre a Sport Promotion e a emissora de televisão que transmitirá os jogos. A título de ilustração, a Série C de 2009 foi disputa por vinte equipes, a saber, por ordem de classificação: América Mineiro, que foi o Campeão, ASA, de Alagoas, Guaratinguetá, de São Paulo... Isso para dar uma idéia da expectativa, e cruzar a capacidade da EBC chegar onde os jogos acontecem. Guaratinguetá, São Paulo, ICASA, Ceará, Caxias, Rio Grande do Sul, Brasil, Rio Grande do Sul, Rio Branco, Acre, Paissandu, Pará, Marília, São Paulo, Salgueiro, de Pernambuco, Ituiutaba, de Minas Gerais, Águia, Marabá, Pará, Luvardense, Mato Grosso, Gama, DF, Criciúma, Santa Catarina, CRB, Alagoas, Sampaio Correa, Maranhão, Misto, Mato Grosso, Confiança, Sergipe, Marcílio Dias, Santa Catarina.

Dado o acima exposto, essa comissão temática é de parecer que: a) a proposta de política de esportes aprovada pela

Diretoria Executiva, dá prioridade a um segmento importante da política geral de programação da EBC, que deve ser estimulado e aprofundado – o esporte: b) a proposta de política de esportes aprovada pela Diretoria executiva, é correta, em sua perspectiva estratégica e de diferenciação, e de caráter suplementar ao que faz a radiodifusão comercial na área esportiva. Nessa direção, entende essa comissão temática que a EBC deve iniciar diálogo para o estabelecimento de convênio com o comitê olímpico brasileiro e com o comitê paraolímpico brasileiro, para transmissão de eventos olímpicos e campeonatos mundiais, em diferentes modalidades esportivas, não se limitando assim à transmissão das Olimpíadas; c) a proposta de política de esportes aprovada pela Diretoria executiva, é igualmente correta em não obstante a perspectiva de diferenciação e de complementariedade acima referidas, a abranger o futebol profissional, nosso maior esporte de massas, como elemento fundamental da programação da EBC, rádio e TV. Nesse sentido, entende essa comissão temática que deve a Diretoria Executiva prosseguir em suas negociações com a empresa Sport Promotion, visando transmitir, em 2010, os jogos da Série C do campeonato brasileiro de futebol profissional, observadas como serão as boas normas de gestão econômica financeira da Administração pública, e levando em conta o potencial impacto positivo que a transmissão dos jogos da Série C terá sobre a relação da TV Brasil e das rádios do Sistema EBC, com suas audiências regional e nacionalmente. Brasília, 20 de abril de 2010.

Este é o parecer da Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães

Vieira) – Obrigada, Professor. Acho que nossa dinâmica deve ser a seguinte: devemos tirar, a partir desse parecer, uma resolução do Conselho, com relação ao projeto de política de esportes. Então, proponho que tenhamos um tempo de debate em cima do parecer, e daí se não for unânime, a concordância com o parecer, votaríamos se aprovamos ou não, ou alguma situação que não tenha ficado clara, esclareceríamos; e principalmente com relação à negociação da transmissão da Série C, que é o mais urgente, e que a Diretora-Presidente nos solicitou.

Então, poderíamos abrir alguns minutos.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Eu poderia acrescentar a informação de como andam as negociações? O Conselho nos deu, digamos assim, íamos conversando *ad referendum* até que viesse o parecer. Temos prospectado, não foi firmado nenhum compromisso.

Qual a importância da Série C para nós? No A e B, nunca vamos transmitir, a não ser quando houver uma lei, como na Argentina, Espanha e em outros países, que garanta à TV pública uma fatia das transmissões desses esportes de alto desempenho. Hoje, no quadro legal atual, nunca vamos transmitir A e B. Mas a Série C tem um potencial enorme de nos trazer audiência e consolidação nos estados. Por exemplo, a presidente da TV Cultura do Pará, Regina Lima, fez experiência local, de transmitir jogos da Série C, e comprou só o local, acertando com os times locais, Remo e Paissandu, Campeonato Estadual do Pará. E foi assim, 45%, Remo e Paissandu. Temos a informação de que nos quarenta jogos da Série

D e C desse ano, as cidades, os grandes pólos, com times muito populares, se a TV Brasil transmitir será muito importante para consolidar a audiência; e muito, digamos assim, afim com a missão da TV pública, de fornecer informação e conteúdo complementar, porque esses torcedores desses times, desses lugares do Brasil onde a TV pública não transmite o futebol, eles ficam privados. Claro, trazer a audiência para nós é uma meta, é importante, mas é também perfeitamente compatível com a nossa missão, de ser complementar.

O negócio em si. A Sport Promotion apresentou uma primeira proposta, de cerca de dez milhões de reais, que achamos que pode ser rebaixada. Nós queremos viabilizar o negócio, como as outras emissoras, inclusive as comerciais, fazem, que seja à base dos patrocínios. O Secretário Executivo tinha um bom diálogo com a Caixa Econômica nessa área dos patrocínios, estivemos lá e a Caixa poderá entrar conosco, mas não sozinha; o Superintendente de Rede, Marco Antônio Coelho, é até a primeira vez que vem ao Conselho nessa condição, porque aproveito para registrar que o José Roberto Garcez, durante dois anos eu o sacrifiquei acumulando Diretoria de Serviços de Rede, a pedido do próprio, semana passada ele se desincumbiu dessa segunda tarefa, e o Marco Antônio Coelho, que já era o primeiro auxiliar, assumiu a Superintendência de Rede. Ele está elaborando um projeto comercial – comercial, entre aspas – no sentido de que vamos fazer aquele negócio de cota, a Petrobras, a Vale, não sei quem mais, e reunir o dinheiro necessário, forçando a negociação para baixo. As imagens virão pela Sport Promotion e nós entraremos com a narração e os comentários, naturalmente, porque aí é uma coisa que não podemos terceirizar.

Esse é o negócio que está prospectado. Agora, há

alguma pressa nele, a empresa tem outras ofertas.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Conselheiro Daniel por favor.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Eu concordo com o essencial do parecer, e tenho duas dúvidas. Uma é conceitual, de apresentar a TV pública, o sistema de rádio, como suplementar, ou complementar. Penso que devemos ter a ambição de ser alternativos. Conforme as circunstâncias, as possibilidades, os financiamentos, podemos competir ou não, mas nos apresentarmos conceitualmente como suplementares ou complementares, é rebaixar, a meu ver, a longo prazo nossas ambições. Acho que nossa ambição é ser alternativo e não complementar ou suplementar.

A SRA. MARIA TEREZA CRUVINEL (Diretora-Presidente) – Conselheiro, a Lei da EBC é muito clara a respeito disso. Ela usa a palavra complementar e diz assim: sem abdicar da sua intenção.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Deixa eu acabar de falar, depois a presidenta comenta.

Então, esse é um problema conceitual, que poderíamos

amadurecer melhor.

Quanto à Série C, em princípio, o que me faz levantar dúvidas em relação aos custos, é se nós não poderíamos, se conseguirmos esses financiamentos, esses patrocínios, se não seria o caso de utilizarmos, em programas de comentários, mesas-redondas, tanto no rádio como na televisão, que compitam com os programas das grandes TVs; não necessariamente a audiência do jogo se transmite à audiência das mesas-redondas que discutem o jogo, ou que discutem os esportes. Então, eu me pergunto, não tenho uma posição sobre isso, me pergunto se não é o caso de se pensar melhor no que se vai investir, se uma Caixa Econômica decide patrocinar jogos, ela pode decidir também patrocinar comentários, discussões.

Outro nível, a meu ver, é a incursão da TV pública em campeonatos estaduais, jogos não contemplados pelas grandes e que podemos aparecer como presença alternativa, como a que foi exemplificada, bastante eficaz.

São dúvidas que levanto para consideração do Conselho.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Vamos estabelecer a seguinte dinâmica. Vamos nos inscrever todos e depois o Conselheiro Murilo e outros respondem. Tem o Ministro Sérgio Rezende, o Ministro Franklin e o Ministro Juca. Mais alguém?

CONSELHEIRO SÉRGIO MACHADO REZENDE (Ministro da Ciência e Tecnologia) – Boa tarde a todos. Sinto-me motivado para discutir esse tema, da maior importância, porque o Botafogo ganhou o Campeonato Carioca, depois de muitos anos de sofrimento; quase foi rebaixado no ano passado.

Mas quero fazer algumas observações, porque há duas ou três reuniões atrás lembro de ter levantado esse assunto da transmissão de partida de futebol, porque isso realmente tem uma audiência enorme no Brasil. Eu levantei a questão de Pernambuco, que muitos jogos que são importante lá, que envolvem times que têm uma torcida muito grande, e que são privados dessa possibilidade, porque as grandes redes estão voltadas para transmitir os eventos mais importantes. E lembro de ter exatamente dado a sugestão de que se estudasse a transmissão de alguns campeonatos estaduais, e da Série C. E estou vendo agora que a Série C está considerada. Então, estou achando esse custo muito alto, e na mesma linha da sugestão que dei anteriormente, quero sugerir que sejam consideradas as transmissões dos jogos da Série D. Por que da Série D? Porque tem times importantes, com essa lógica, que estão na Série D atualmente. Um exemplo é exatamente o Santa Cruz de Pernambuco, que tem a segunda maior torcida do estado, alguns milhões de torcedores, e que está na Série D atualmente. Se não me engano, o Bahia também está na Série D. Mas é uma sugestão séria mesmo, apesar da brincadeira, que se faça algum entendimento, alguma possibilidade para transmitir os jogos da Série D.

Agora, com relação ao comentário do Conselheiro Daniel, tenho minhas dúvidas se um torcedor que não tenha assistido à partida de futebol, depois ele vai ficar para assistir os comentários,

porque o natural é a pessoa assistir aos jogos, os que venceram principalmente, estão querendo ouvir mais, ficar ligados. Então, tenho dúvidas se apenas um programa de comentários e tal, ele terá audiência se a torcida não tiver tido a oportunidade de assistir aos jogos.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro de Estado da Cultura) – De alguma maneira, vou retornar a minha intervenção anterior. Talvez não tenha efeito prático de imediato, mas concordo com o aspecto da fala, no subtexto da fala do Daniel, que é preciso consolidar um pouco o conceito para poder chegar a bom termo. O Conselho dificilmente vai ajudar a constituir uma grade ou coisas desse tipo. Acho que não é nossa função. O que podemos é fazer uma avaliação crítica do que está sendo exibido, e aventar hipóteses futuras, mas para alimentar o pessoal que carrega o piano, porque não é nossa tarefa; nossa tarefa é mais de representar um sentido mais distanciado do dia-a-dia, para permitir esse processo permanente de evolução da TV. Nossa função precisa estar clara. Agora, o que Daniel falou pode não se materializar num programa de debate. Eu gosto de futebol, meus times não estão ganhando, mas às vezes passo pelo programa de comentário da TV Brasil, que é bom, aquele Esporte Visão. Aquele programa é bom, os comentaristas são tradicionais, e sempre que estou buscando vou ver se estão comentando o jogo que quero acompanhar, e às vezes não é nem de meu time, por exemplo, o Santos, esses times que dão orgulho de sermos brasileiros e entender tanto de futebol.

Então, é possível pensar algo assim, entrar no nicho que é mal realizado em termos gerais, e que a TV Brasil vai consolidar.

Mas eu diria um pouco mais adiante ainda: o Brasil está condenado a exportar jogador, porque nunca soube organizar o espetáculo do futebol. Temos os melhores jogadores, as melhores técnicas de futebol, inclusive de goleiro, temos o melhor goleiro do mundo e era a única posição que não éramos melhores do que vários outros países que tinham tradição, como o Leste Europeu e Rússia, Inglaterra, Argentina. Temos os melhores jogadores, as melhores técnicas, uma fábrica inacreditável de novos jogadores, mas a dinâmica do espetáculo do futebol é medíocre. É uma coisa de cada um bota no bolso o tanto que pode botar, a Globo compra uma porção de horários, não para exhibir, mas para impedir que outros exibam, a regulação é ruim, o sistema todo é ruim. Então, se relacionar com esse mundo do futebol, que é tão importante para o Brasil, deveria partir de algumas coisas que pudessem chegar a uma modelação de intervenção transversal. Não acredito que o papel da TV Brasil seja só retransmitir ou comentar, tem que ajudar a reorganizar o espetáculo. Eu acho, inclusive, um erro do estado brasileiro deixar uma atividade tão importante à mercê de atividades e movimentos corporativos, para não dizer o pior, de aproveitamento dessa atividade privatizando-a e botando no bolso todas as possibilidades de lucratividade com o setor. Acho que deveria reconhecer que é uma atividade privada, mas de uma dimensão pública tão gigantesca, até sob o ponto de vistas cultural, sob qualquer aspecto que quisermos; talvez seja a imagem mais forte que o Brasil tem. Isso para poder organizar, de fato, um espetáculo que esteja à altura. Nós exportamos jogador para a Turquia, Rússia, para o Cazaquistão. É isso que estamos condenados. E o sistema montado é tão cruel, que os jogadores não chegam agora a vinte anos de idade jogando no Brasil. O time do Santos já está ameaçado, já está sendo discutido publicamente que eles vão embora, se não for agora no final do campeonato vai ser até meados do ano.

Então, há algo tão perverso, que escolher uma complementaridade ou uma subalternidade dentro desse processo; acho que se formos grandes o suficiente para bolar um tipo de cobertura que desse uma noção da grandeza disso, ora no comentário, ora na cobertura. Então, isso é uma coisa que talvez não tenha aproveitamento imediato, mas acho que daria a grandeza, se pensássemos a partir daí.

Segunda coisa que queria dizer é o seguinte. Só isso. Vamos rodar, porque temos uma inteligência maior.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Primeiro, realmente eu também não gosto dessa forma do caráter suplementar. A Constituição fala na complementariedade na televisão entre o público estatal e o comercial, mas ela não atribui um papel principal a ninguém; na prática nós sabemos quem tem o papel principal, mas não devemos usar um tipo de terminologia que pode induzir, vamos dizer, que já damos de barato, porque somos uma coisa suplementar. Mas isso é só uma precisão.

Acho que devíamos aprovar o parecer, e não só o parecer, como o trabalho da Diretoria Executiva tem alguns méritos. Primeiro, de que o esporte é parte importante da estruturação de uma grade de TV pública. Isso não é discussão menor, tem muita gente que acha que não deve entrar em esporte, porque esporte é coisa para TV comercial, que leva o paroxismo, o aspecto comercial que domina hoje em dia o mundo do esporte. Então, a primeira coisa

é que isso é parte importante.

A segunda questão, é que tem também uma política de transmissão. Acho que essas duas coisas básicas... Por exemplo, eu topo aprovar essa negociação com a Promotion, não tenho elementos, mas acho esse preço absurdo, dez milhões. Mas negociar não faz mal nenhum. Eu acho que deve ter transmissão e tudo isso. Pessoalmente, acho que isso deve ser entendido assim, o que é importante é que estamos lidando com o esporte com uma dimensão da grade; a segunda coisa é que estamos engatinhando nessa área e vamos precisar amadurecer, mas só vamos amadurecer se entrarmos nessa área, se ficarmos discutindo não vamos. Eu, por exemplo, acho que tem outros esportes que não são como o futebol, que são capazes de estruturar a grade. É que assistimos muito a TV a cabo, mas assistimos futebol de salão, basquete, e achamos que isso está passando na TV aberta, e nada disso está passando na TV aberta. Então, existe espaço para muita na programação da TV aberta, para ser estruturado por outros esportes.

Por outro lado, acho que essa questão que foi levantada aqui, que de alguma forma temos que discutir o modelo de transmissão dos espetáculos esportivos, é algo que não podemos abandonar. Quando estávamos na discussão do projeto de lei, da medida provisória que se converteu em projeto de lei, criando a EBC, isso chegou a entrar. A EBC teria direito de transmissão sempre que alguém alugasse os direitos e que não transmitisse. A Globo faz isso até dizer chega. Isso acabou caindo, foi um preço que se pagou no processo de negociação. Mas eu não acho que é algo que temos que nos conformar, acho que é algo que tem que voltar, num momento futuro, a essa discussão. Essa é outra dimensão, quer dizer, aquilo que foi comprado e que não é exibido, aquilo está sendo negado ao

público. Na verdade está sendo negado ao público, e o público tem direito. Se o público tem direito, a TV pública poderia fazer essa transmissão, evidentemente arcando com os custos de transmissão.

Agora, queria lembrar ao pessoal da Diretoria Executiva que existem outras hipóteses de transmissão de espetáculos em associação com outros grupos. Já que estamos pensando que podemos nos associar com a Sport Corporation, por que não podemos nos associar com a Telefônica, com a Embratel ou com a Oi? Podemos também, e eles têm todo interesse nisso, eles querem botar na internet isso daí.

Isso é fácil? Não. Vai despertar, vão pular de tudo quanto é altura. Só estou querendo mostrar que o importante é entendermos que essa questão do esporte é uma dimensão de construção da grade. Agora, temos que estar abertos para discutir todas as possibilidades, ou aquilo que estiver dentro da lei, dentro do objetivo geral da TV pública. Mas no conjunto, acho que devíamos aprovar, porque é uma iniciativa importante por parte da diretoria executiva, que dá uma base para acumularmos experiência. Eu não acho que vamos sair “matando a pau”.

Outra coisa, essa questão dos campeonatos locais, acho mais interessante do que Série C. Agora, isso implica um esforço de montagem de grade, porque significa que vamos ter que passar os jogos da Bahia, de Pernambuco, do Sergipe e tal, mais ou menos no mesmo horário. Isso não é impossível, mas não é fácil. É uma coisa complicada.

O SR. MARCO ANTÔNIO FIORAVANTE (Diretor Jurídico) – Eu queria comentar sobre a questão da Série C e a discussão da regionalidade, que é prevista em nossa lei. A Constituição traz o desporto como um fator de inclusão social, de cidadania, e é previsto como um direito difuso. Nós deixarmos de transmitir uma programação esportiva, em tese, estaríamos dando pouca atenção a essa previsão constitucional. Eu entendo que o futebol é um fator integrador imediato, porque é um esporte de unanimidade nacional. Agora, concordo realmente que há outros esportes, há outras questões. Por exemplo, eu cito o paradesporto como algo que não é explorado e deveria ser explorado pela TV pública. Por exemplo, o basquete em cadeiras de rodas, que foi o precursor da entrada do Brasil nos Jogos Paraolímpicos. Então, há uma série de práticas esportivas que poderiam ser inseridas, mas o futebol tem um feito imediato, e é uma sinalização para a regionalidade de determinados estados, ou de determinados times que representam essa cultura local e que poderiam estar sendo assistidos pelas comunidades locais através da TV Brasil. Acho que isso é muito importante.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Temos mais o Conselheiro João inscrito, e aí uma comunicação do Guilhon.

CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES – Boa tarde. Penso que devemos aprovar o parecer, e a proposta do Daniel pode ser muito bem combinada entre as transmissão de jogos, no caso do futebol, e já utilizar o programa Esporte e Visão, com uma

carga horária grande, para ser o programa logo a seguir vir debates, vir tudo. Penso que ao invés de termos a contratação da Série C e D, deveríamos optar pelo futebol feminino, e pelo futebol estadual, levando em conta as abrangências regionais. O futebol feminino brasileiro tem hoje um papel de destaque no mundo, tem sido vice-campeão de muitas coisas, sem nenhum incentivo do futebol masculino profissional. Então, é uma área que poderíamos ajudar muito e além de estar revelando valores, abrange também parte importante da população, que são as mulheres, e a sua participação no esporte.

Com relação aos campeonatos regionais, penso que é mais interessante do que a transmissão da Série C e D, porque contém muitas forças regionais na Bahia, Pernambuco, Ceará, Amazonas, e que às vezes essas forças não estão contidas na Série B, fora o caso do Santa Cruz, que está na Série B, por exemplo, no caso da Bahia tem o Bahia e outro time que está na Série A. O Bahia está na Série B, e o outro time, que prefiro não falar o nome, está na Série A, o Vitorinha. Então, não teria, na Série C, um atrativo para transmissão para o estado da Bahia, porque até o time de Camaçari agora está indo para a Série C pela primeira vez, mas pode ser o campeão do Estado.

Então, na realidade os campeonatos estaduais poderiam ser um atrativo de menor custo provavelmente, porque estão em muita dificuldade, do ponto de vista financeiro, e a decisão recente da CBF também levou em conta o seguinte, que vai ter uma Copa do Nordeste, por exemplo, que houve até 2002; essa Copa do Nordeste também é supervalorizada, porque é uma disputa regional muito interessante. Então, o futebol feminino, os campeonatos regionais, e combinar a transmissão de futebol com logo a seguir um programa

de debates, o Esporte Visão seria interessante. Até porque essa transmissão poderia chamar programas da grade, a seguir. Vejo que o Mama África vem depois do Esporte e Visão. Então, durante a transmissão dos jogos e do Esporte Visão, pode chamar para os programas seguintes ou para o programa do dia seguinte. Usaria como uma alavanca para uma promoção como um todo. Há outros esportes realmente, há o paraesporte, mas acho que deveríamos começar com o futebol feminino, o futebol regional e usando a transmissão do jogo e o debate logo após o Esporte Visão.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Esse é um tema que os homens adoram e aqui vocês estão em maioria. Então, passaríamos a tarde inteira discutindo essa questão. Gostaria que fossem breves, ainda temos três colocações a serem feitas, porque ainda temos o intervalo, a discussão do manual de jornalismo, que espero que seja breve, para depois entrar na consulta pública.

O SR. MARCO ANTÔNIO COELHO (Superintendente de Rede) – Só uma questão de informação, porque a presidente falou em dez milhões e na verdade a Sport Promotion está colocando quinze milhões, para negociarmos. É mais que dez. Não é brincadeira. Então, estamos fazendo uma negociação e vamos ter que baixar muito esse preço. Agora, concordamos com a fala do Ministro Juca, é evidente que tem que ser com outro formato.

Só para informação, a Série C tem uma característica que pode ajudar um pouco nessa questão do regional, e por isso ela é

importante para a rede, agora que estamos constituindo a rede, porque ela tem seletivas. Então, ela tem seletivas no Norte, seletivas no Nordeste, seletivas no sul, Sudeste. De qualquer forma, ela já vai ser uma coisa diferente, porque vamos ter que escolher horários e passar jogos diferentes nos lugares. E a possibilidade do preço é assim, quando estiver passando no sábado, às quinze horas, um jogo no Pará, vai ser outro jogo aqui no Sul, outro jogo. E vamos ter que fazer uma coordenação de comunicação desse tipo. E estamos também prevendo, se isso acontecer, se o preço for OK, temos que sentar à mesa para jogar, o cassino é pequeno, mas vamos sentar à mesa, vamos tomar o primeiro baile. Mas quem sabe no ano que vem. O importante era a autorização de vocês, porque aí vamos procurando fazer o jogo e trazer aqui. Olha, achamos assim, o que vocês acham? E aí a coisa pode caminhar.

Mas acho que essa coisa da seletiva dá uma característica diferente. E também tem o seguinte, esses times são times pobres. Tem time que dorme em vestiário de clube. Então, tem também uma questão social importante, podemos fazer uma série de pílulas, como é que o futebol se dá de verdade, não só o futebol de grande desempenho, dos rosinhos, dos clubes grandes, que têm dinheiro e tal. Como é que isso acontece no país, de um outro jeito. Então, tem um pouco de documento aí, que dá para buscar um formato diferente. Agora, pode ser que não dê para fazer esse ano, vamos tentar fazer o ano que vem. Não importa, o que importa é termos autorização para começar a sentar e conversar com a CBF, com a Sport Promotion. Enfim, isso para nós é muito importante. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Obrigado. Collar, por favor.

O SR. RICARDO COLLAR (Secretário Executivo) – Só para reportar, que a negociação com a Sport Promotion é que estão com delegação da CBF. A CBF que designou essa empresa para fazer a captação entre os veículos de comunicação. Eles estão com mandato da CBF.

Segundo, quando estamos fazendo prospecção e buscando patrocínio, estamos levando um projeto para a Caixa Econômica Federal, ou para outra empresa pública federal. E o projeto que estamos levando é o projeto para transmitir a partida, os jogos, não para fazer a transmissão do pós-jogo, dos comentários, que seria outro projeto. E aí o interesse das empresas seria diferente também, teríamos que verificar se há interesse ou se não há interesse. Então, o projeto que hoje estamos concentrados é na transmissão do evento esportivo propriamente dito.

E as outras questões, é o que já colocou, esse é o debate. Quer dizer, teríamos em torno de 75 partidas para escolher quais, entre elas, iríamos fazer a transmissão, de acordo com as diferentes praças esportivas onde há interesse. É um clube de São Paulo e um clube do Rio de Janeiro, depois a forte concentração no Norte e no Nordeste, e três clubes do Rio Grande do Sul que no caso são praças importantes, Pelotas e Caxias. E conciliar isso com nossa grade de programação. Quer dizer, nós definiríamos o horário das partidas, e também definiríamos a data de início do campeonato, e o final. Tudo isso fica arbitrado pela EBC, no caso de comprar os direitos.

O SR. ORLANDO GILHON (Superintendente de Rádio) –

O parecer apresentado faz referência a um texto que foi submetido para análise dos senhores, que foi o texto que foi costurado na diretoria executiva. Acho que ali tem algumas contribuições e reflexões para o nosso debate, que são importantes, e vão no rumo do que o Ministro Franklin chamou atenção. Primeiro, é a reafirmação de que esporte, o foco no esporte, tanto sob o ponto de vista da difusão da informação quanto da transmissão de evento esportivo, faz parte, sim, da missão institucional da comunicação pública. Isso é uma página virada, é um avanço nós definirmos, porque orienta muito quem está com a mão na massa da programação, nas emissoras públicas tanto de rádio quanto de televisão.

Segundo, o documento também, mais do que o conceito de complementar, o documento insiste num viés que me parece interessante, de que nós, enquanto comunicação pública, temos que fazer diferente, temos que fazer mais e melhor. Esse diferencial aparece no documento da diretoria executiva de três maneiras. Primeiro, o diferente é quando a gente, para além de narrar o jogo, ou o evento, a competição esportiva, nos preocupamos em agregar valor no sentido não só na informação, mas da cidadania, da educação, da inclusão; quer dizer, pegar o esporte como fator de inclusão social, fator de construção da identidade nacional, da cidadania, etc. Segundo, fazemos diferente quando procuramos – esse é um desafio que não está resolvido ainda, nem na rádio e nem na televisão – por inovar nas linguagens de informar. Quer dizer, ninguém quer ouvir um jogo que é narrado de uma forma muito parecida com o que o outro também narra na outra emissora, fica

tudo muito igual, fica tudo muito pasteurizado. Então, esse desafio de buscar inova e renovar a linguagem e o formato da maneira como se faz a transmissão esportiva. E, terceiro, a questão do foco. Vamos fazer, sim, futebol, que é um esporte de massa, e que pode ajudar, inclusive, a trazer audiência para as nossas grades, mas vamos também diversificar e incluir aí outras modalidades esportivas, olímpicas, paraolímpicas, coisa e tal. Aliás, o documento cita, e a meu ver deveria avançar um pouco mais, ousa quando lembra dos Jogos Militares que vamos ter em 2011; fala em Jogos Militares, Estudantis e Universitários, e aí eu agregaria Indígenas, Femininos, e comunitários, que são três áreas que nos interessam explorar como comunicação pública. Acho que não consta no documento da diretoria executiva, e poderíamos, depois, aperfeiçoar. E o documento também aborda a singularidade que existe em rádio e televisão. Televisão, como lembrou a Tereza, apesar de toda nossa fragilidade, principalmente quando compomos a rede a pública, ele é nacional, tem essa característica de ter uma dimensão nacional. O rádio é eminentemente local, e daí essa questão de estar mais vinculado ao esporte local no rádio, e ter uma dimensão do esporte nacional na televisão. O documento da diretoria executiva também lembra isso, inclusive na questão de direitos autorais, fora a questão da Copa do Mundo. Aliás, queria anunciar, estamos pagando os direitos autorais, para poder transmitir os jogos da Seleção Brasileira de Futebol, agora, na Copa do Mundo, pelo rádio, que é um valor muito menor do que seria a disputa, obviamente, se fosse na TV Brasil, na televisão. Não tem condições de competir com a TV Globo, que tem direitos de proprietário sobre a transmissão dos jogos. Mas até essa diferença favorece, por exemplo, entrarmos com o rádio em áreas onde a TV Brasil não consegue entrar por questões competitivas.

Então, lembro um pouco que o parecer até tem essa preocupação de resgatar, no próprio texto do parecer, pedaços do texto inicial da diretoria executiva.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Por favor, temos que dar o encaminhamento. Então, Professor Murilo, tem algumas questões aqui.

CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS – Como relator, então, encaminho, no sentido de que o Conselho deu várias sugestões interessantes, importantes, como transmissões locais de futebol, Série D. Enfim, que o Conselho aprovasse o parecer nos termos encaminhados pela Câmara Temática, autorizando, também à EBC a prosseguir nas negociações com a Sport Promotion.

E aí eu quero lembrar que de fato a comissão buscou informações sobre o custo, e daí termos colocado o parágrafo final a preocupação com a boa gestão econômica financeira, embora até tivéssemos informações extraoficiais sobre o valor. Mas foi isso que foi falado.

Enfim, que aprovássemos o parecer, e permitindo tanto a política geral como permitindo o prosseguimento com a Sport Promotion.

Por último, peço vênica à presidente, só para dar uma informação, que fui escolhido para fazer esse parecer não apenas por

ser, na minha origem profissional, jornalista esportivo, que fui, lá no Paraná, possivelmente o único membro deste Conselho que já assistiu a todos os jogos da Série C, com exceção de um, em 1999, acompanhando a gloriosa epopéia do Fluminense Futebol Clube, rumo ao título da Série C naquele ano. Sou o único que já assistiu, com exceção de um, no Sport TV da Globosat. Todos eles com exceção de um, porque tinha uma prova, alguma coisa na universidade naquele momento. Então, me senti autorizado, abalizado para dar esse parecer.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Eu não pude ser relatora, porque meu time nunca caiu da Primeira Divisão.

O que os conselheiros pensam? Somos unânimes nessa decisão de aprovar o parecer e considerar que a EBC pode continuar as negociações no sentido de transmitir a Série C, não esquecendo das outras questões colocadas no parecer, com relação aos paraolímpicos e outros. Foi encaminhado, a Helena encaminhou a programação da Copa, como vai ser a cobertura. Creio que o Conselho não se manifestou a respeito, mas foi encaminhado pela Diretoria. Temos um tempo ainda se alguém quiser fazer alguma consideração com relação à Copa.

Quer dizer, agora não temos mais tempo. Eu até iria sugerir que o manual de jornalismo, a não ser que todos tenham lido e concordemos com o parecer já realizado pela Câmara de Jornalismo, que passemos para próxima reunião, porque estamos muito em cima e a consulta pública é o principal ponto de pauta.

Esse não tem tanta urgência.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO –

Presidente, creio que todos leram esse manual.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Pois é. Portanto, se todos estiverem de acordo, seria só a leitura oficial e a aprovação.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Proponho que se considere lido e entremos no mérito para discutir. Porque, na verdade, ele é um roteiro de encaminhamento.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Mas podemos deixar para o final? Estou um pouco ansiosa com relação à consulta pública, que é uma coisa que vai gerar mais discussão.

Podemos fazer um breve intervalo de dez minutos e voltar para a consulta pública e depois o manual.

(Intervalo)

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Vamos continuar.

O próximo ponto da pauta trata da formulação da lista tríplice a ser enviada ao Presidente da República para a designação dos três novos conselheiros membros da sociedade civil.

É bom lembrar que temos as substituições do Conselheiro Isaac, do Acre, do Conselheiro Boni e da Conselheira Rosa Magalhães.

Temos uma síntese dos resultados da consulta pública feita pelo Diogo, nosso Secretário-Executivo, que todos receberam. As informações que os senhores têm trazem uma síntese completa com as informações das entidades, de todos os candidatos indicados e de quem indicou quem. Que instituição ou entidade indicou os candidatos. A partir de agora precisaremos formular uma dinâmica de como faremos a indicação dessa lista.

Temos a participação de duas entidades a mais, que poderão encontrar a informação em cima da mesa dos senhores, do interior da Bahia, que demorou a chegar, o Diogo nos informará e poderá esclarecer, mas chegou dentro do prazo, pois houve um atraso dos correios.

O SR. DIOGO MOYSES RODRIGUES (Secretário-Executivo) – Apenas para garantir que estejam com a versão final, é a que diz que temos 65 entidades habilitadas participantes. Não foi a que os senhores receberam pelo correio, mas a que foi colocada na mesa.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – A comissão processante avaliou, a documentação está toda correta, atende aos requisitos previstos no edital, que foram bem amplos, tudo isso está disponível para consulta e o Diogo trouxe todas as informações necessárias para que avaliemos os candidatos.

Temos alguns minicurrículos disponíveis, pois para alguns não foi possível distribuí-los a tempo, mas, se alguém quiser ver alguns dos currículos, estão aqui e o Diogo poderá mostrá-los.

O SR. DIOGO MOYSES RODRIGUES (Secretário-Executivo) – Temos todos os minicurrículos de todos os indicados que receberam até duas indicações, porque o edital não prevê um minicurrículo, apenas um currículo completo. Depois das indicações, fomos à busca desses minicurrículos. Temos de todos os que receberam duas indicações e alguns dos que receberam uma única indicação, mas daqueles que não temos os minicurrículos, temos os currículos completos, enviados por eles.

Uma última informação é a de que os minicurrículos foram produzidos por eles. Não tivemos ingerência na forma de apresentação desses candidatos ao Conselho.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Para finalizar, o que temos que verificar, e é o que está na lei, é a garantia da adversidade regional, das competências, a questão de gênero, de étnica etc. Daí, deveremos formular, proceder a uma forma de votação para podermos fazer algumas ponderações gerais.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS (Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Presidente, gostaria de fazer uma ponderação, pois me sinto muito à vontade para isso, porque esta lista de nomes, não estou discutindo nomes individualmente, pois há nomes excepcionais, é típica, a meu ver, basicamente feita por corporações. A idéia que se tinha antes, de se ter um Conselho como um local onde os conselheiros respondam à sociedade e não às suas corporações, acho que ficou enfraquecida quando na conversão da aprovação da medida provisória em lei, pois foi dito que deveria ser por meio de indicações das entidades.

Tive a oportunidade de dizer para os senhores e as senhoras que o que vamos ter é a lista das corporações, o que, a meu ver, é evidente. Não estou discutindo nomes, pois há nomes

excepcionais. Queria lembrar apenas o seguinte: por exemplo, tínhamos um conselheiro que, em princípio, representava uma sensibilidade para o problema indígena no Brasil, que era o Conselheiro Isaac Pinhanta, mas desapareceu, porque nenhum de nós foi ativar confederação indígena qualquer ou uma entidade para apresentar nomes e eles também não se mexeram, quer dizer, não temos um nome específico.

A meu ver, perderemos a sensibilidade para a questão indígena ao substituímos o conselheiro, pois tínhamos uma pessoa da Região Norte, havia certa ponderação com os dois conselheiros da Região Norte dentro do total dos conselheiros, que representavam uma sensibilidade para o problema indígena. Pelo menos essa sensibilidade, a não ser que haja algo que não tenha lido, mas perdemos.

Tínhamos outros dois Conselheiros, o Boni, da área de comunicação, que é mais fácil, visto existir outras pessoas com esse perfil e que não haverá muito problema, e a Rosa Magalhães, que é uma intelectual, uma artista, uma pessoa também do Sudeste, mas não teremos maiores dificuldades para a substituição.

Mas quanto à questão do índio perdemos, pois é um critério que não olha para tudo ao mesmo tempo, dá poder às corporações, mas foi aprovada a lei, é assim e ponto final.

Queria levantar um segundo critério que pediria que fosse levado em consideração. Sou frontalmente contra que este Conselho

comece a absorver pessoas que, além de serem representantes de corporações, serão fornecedoras da EBC, com todo o respeito, como a Associação Brasileira de Documentaristas, mas não dever estar presente no Conselho, assim como a associação de roteiristas tais, que não deve estar presente no Conselho, pois tenho claro que essas pessoas representarão não a sociedade, mas as entidades que as indicaram. Então, quando for visivelmente fornecedor, acho que se cria um critério, embora a lei permita, não há nada de ilegal, mas acho que devíamos buscar alguém que pensasse sempre mais no conjunto e não de forma segmentada.

Eram as ponderações que queria fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Acho que nesta primeira etapa deveríamos estar vendo, exatamente, os critérios e algumas situações em que há legislação, temos que ter cuidado, como muito bem apontou o nosso Diretor Jurídico, em relação ao que diz a lei, o que é ou não vedado. Agora, neste início, poderemos discutir.

A SRA. ANA LUIZA FLECK (Vice-Presidente) – Tenho uma dúvida que queria tirar com o Marco Antônio. No Edital de Consulta, referente à Consulta Pública 3.3, diz o seguinte:

“É vedada a indicação de candidato ao Conselho Curador:

Inciso III – de agente detentor de cargo eletivo ou investido, exclusivamente, em cargo em comissão de livre provimento da União, Estados e Distrito Federal”.

Gostaria de saber se assessor da liderança de partido no Congresso Nacional está incluído nesse caso ou não? É livre o provimento?

O SR. MARCO ANTÔNIO FIORAVANTE (Diretor Jurídico) – No caso, se ele não é concursado e ocupa um cargo em comissão apenas de livre nomeação e exoneração, encaixa-se nessa vedação do edital, estaria impedido de ser indicado. Essa previsão do edital não foi criada por um dispositivo do estatuto, mas decorre da nossa lei.

O art. 15, § 2º, inciso II, diz o seguinte:

“É vedada a indicação ao Conselho Curador de:

Inciso II – agente público detentor de cargo eletivo ou investido, exclusivamente, em cargo em comissão de livre provimento da União, Estado, Município ou Distrito Federal, à exceção dos referidos nos incisos I e III” – que são os Ministros de Estado e o funcionário da EBC, por disposição expressa da lei.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Existe algum que esteja nesta lista que seja...?

O SR. DIOGO MOYSES RODRIGUES (Secretário-

Executivo) – O segundo nome.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Então, ele tem que ser excluído, e já deveria ter sido excluído pela comissão na triagem.

O SR. MARCO ANTÔNIO FIORAVANTE (Diretor

Jurídico) – É o Francisco Pereira?

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Deixando claro que não é por ser de

partido político, pois a pessoa pode ser de partido político por vontade e participar deste Conselho, pois é um direito de cidadão.

O SR. DIOGO MOYSES RODRIGUES (Secretário-Executivo) – Há um segundo caso, Ministro, que é preciso ser considerado, não sei se tem o mesmo caráter, que é o da Presidente da Avepec, Regina, que ocupa o cargo de Presidente da Cotelco, que é um cargo de indicação do Governador do Estado do Pará e não sei se entra nessa informação.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS (Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – É claro que entra.

O SR. MARCO ANTÔNIO FIORAVANTE (Diretor Jurídico) – É da mesma natureza.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – É uma fundação.

O SR. MARCO ANTÔNIO FIORAVANTE (Diretor Jurídico) – Então, também se encaixa.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Creio que deveríamos verificar cada um.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS
(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – É claro que ela pode renunciar.

O SR. MARCO ANTÔNIO FIORAVANTE (Diretor Jurídico) – Renunciar é permitido, agora, terá que fazer antes da indicação. Assumido o posto, não poderá retornar ao cargo, porque seria uma burla à lei.

CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOVSKI –
Fiquei, realmente, bastante impressionado com o número de pretendentes aos cargos. A maioria, aliás, parece-me, salvo engano, muitos do Distrito Federal e poucos dos estados. Concorro plenamente, e quero expressar isso com a explanação do Ministro Franklin que nós não devemos colocar aqui no Conselho, na minha opinião, corporações e também entidades que tenham interesses

econômicos específicos na Empresa Brasileira de Comunicações, TV Brasil ou sistemas de rádios, mas, ao ler a relação, chamou-me atenção que a nossa tradicional Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da qual tenho orgulho de ser membro, que é uma organização nacional presidida pelo grande Barbosa Lima Sobrinho, consta a indicação de uma pessoa. Acho que nem todas as indicações têm esse caráter corporativo.

Agora, essas numerosas e repetitivas, alguns nomes que constam de cinco, seis ou oito entidades indicando a mesma pessoa, realmente, acho que é um *lobby* que se forma e concordo com o Ministro Franklin nesse sentido, que procuremos escolher pessoas dentro dos critérios regionais, culturais, da diversidade brasileira e de entidades respeitáveis, como a ABI, que possui mais de 100 anos. Enfim, temos uma opinião.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – A primeira consideração que queria fazer é referente a uma dúvida levantada, hoje, em discussão preliminar sobre a questão das candidaturas. Pelo meu entendimento inicial, devíamos aprovar para cada vaga uma lista tríplice. Levantou-se, no entanto a sugestão que daria mais flexibilidade a nós mesmos e à presidência aprovarmos nove nomes para serem escolhidos três, isso juridicamente, porque não quero que aprovemos algo que, depois, possa ser motivo de questionamento jurídico.

Se for possível, em vez de aprovar três listas tríplices, aprovar nove pessoas para que sejam escolhidos três nomes, pois

pelo meu entendimento falava-se em lista tríplice.

A minha dúvida, não tenho aqui o regulamento, é a de que, na minha memória, havia ficado uma lista tríplice para cada vaga. Se isso está explícito, poderá ser problemático, pois aprovaremos nove nove para que se escolham três, o que pode suscitar questionamento jurídico.

Feita essa ressalva, o Diogo está me fornecendo o regulamento para que verifique, mas não sei se está explícita a questão da lista tríplice, pois se definimos no edital a lista tríplice, tenho a impressão de que estejamos obrigados a aprovar três listas tríplices.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Três por vaga.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Esclarecida essa situação, queria propor ao Conselho que considerasse as seguintes orientações para a escolha dos candidatos, tendo em vista a legislação, de que o Conselho deve ser constituído pela diversidade étnica, regional, sexual, ou seja, de gênero.

Penso que tenhamos a oportunidade, nessas três listas,

de tentar reequilibrar a presença, em primeiro lugar, feminina neste Conselho, pois temos três mulheres em quinze membros, o que é muito pouco, considerando-se a proporção de mulheres na sociedade.

Segundo critério é o de reforçar a presença de negros, pois há um negro em quinze membros, o que é ridículo e um desafio que temos de, realmente, montarmos essas listas pensando nisso.

Terceiro lugar, penso que deveríamos, também, cuidar de tentar, e o Ministro Franklin apontou a impossibilidade que teremos, indicar um representante ou uma pessoa com sensibilidade das nações indígenas, mas temos aqui profissionais indicados pouco presentes no nosso Conselho. Certas competências técnicas, a meu ver, deveriam ser consideradas aqui, penso na possibilidade de termos neste Conselho um homem especializado em engenharia, pois é uma sensibilidade que temos pouco neste Conselho, as pessoas que têm essa experiência técnica para, inclusive, considerar essa problemática que, volta e meia, estamos discutindo em relação aos problemas técnicos da TV, além de outros.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Quais foram as especificações técnicas que o senhor citou?

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO –

Segundo o minicurrículo dele, do Nakashi, seria um engenheiro com formação, além de possuir outras formações com incidência na comunicação.

São as considerações que gostaria de fazer inicialmente.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Há mais alguém que gostaria de se manifestar?

CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES –

Concordo com o Daniel no sentido de que podem ser critérios subjetivos que podemos adotar para a indicação, aumentar a presença feminina, aumentar a presença da população afro-brasileira e, também, a questão da indicação técnica. Agora, queria apenas consultar o Dr. Marco Antônio quanto ao item 3.9 do edital, pois na realidade, não indica que deverá ser nove nomes, mas sim termina dizendo sobre uma lista tríplice a ser submetida à apreciação do presidente da República.

Penso que uma lista tríplice apenas a ser submetida à apreciação, ocorre que, no começo, cada entidade poderá indicar no formulário referido no item 3.1, no máximo, um nome para cada uma das três vagas do Conselho a serem preenchidas e termina dizendo que uma lista tríplice deve ser apresentada e não uma lista de nove

nomes, o que facilitaria uma lista tríplice apenas.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Por vaga.

CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES –

Mas não está dito por vaga.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Mas é por vaga de cada conselheiro.

CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES –

Queria sugerir que tivéssemos como critério subjetivo a questão de aumentar a presença feminina, aumentar a presença de representantes da população brasileira e também da orientação sexual. Uma das candidatas é uma militante homossexual, que seria interessante que isso também fosse levado em conta.

O SR. MARCO ANTÔNIO FIORAVANTE (Diretor Jurídico) – Presidente, se me permite uma resposta complementar à fala do conselheiro João Jorge, ocorre que quanto à essa lista tríplice, se falo que é tríplice, que são três, daí era indicação, não lista, estaríamos indicando três nomes para o presidente nomear. Quer dizer, a lista tríplice pressupõe o fornecimento de três nomes para deles se extrair um.

Segundo, para fins de auxílio ao Conselho, no processo de escolha, a lei é clara em relação a uma questão, que é a seguinte: serão escolhidos quinze representantes da sociedade civil, indicados na forma do estatuto, segundo critérios de diversidade cultural e pluralidade de experiências profissionais. Acredito que isso exclui eventuais grupos econômicos, representantes de grupos econômicos, pessoas que representam setores comerciais, que é justamente a preocupação do ministro, de se estar selecionando uma pessoa que está contratando com a EBC.

CONSELHEIRO SÉRGIO MACHADO REZENDE (Ministro da Ciência e Tecnologia) – Presidente, quero fazer uma proposta uma vez que tenho a impressão de que os conselheiros manifestaram suas opiniões quanto a critérios e há um certo acordo em relação às propostas. Uma questão concreta para conseguirmos avançar seria a de que teremos a lista a partir do mais votado e vamos, um a um, eliminando aqueles que não satisfaçam os critérios que foram consensuados, riscaremos e vamos adiante para vermos se há mais alguns nomes para restringir mais ainda essa relação.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Estava discutindo algumas questões com o Diogo e, talvez, tenha me passado algo que não tenha prestado atenção.

Temos uma orientação do Ministro Franklin no sentido de não considerar os representantes das associações de fornecedores, de grupos econômicos e de setores comerciais, o que todos concordamos.

A orientação do Conselheiro Daniel é a de que seja no sentido de aumentar a presença feminina, de reforçar a presença negra e as competências técnicas que não existem no Conselho, como engenheiros e outros, tecnologistas etc.

Temos que atender à diversidade cultural e a pluralidade, e o Ministro Sérgio Rezende propõe que a partir dos mais votados possamos ir afunilando e verificando se os candidatos estão dentro dessas orientações maiores. Daí, montaremos a lista com os nove nomes. Podemos seguir dessa forma, indo a partir dos mais votados, conforme a ordem que o Diogo colocou.

Veremos a questão da regionalidade, pluralidade e cultural.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Poderia fazer uma proposta um pouco diferente, pois creio que estejamos um pouco perdidos quanto à forma.

Lembremos que estamos substituindo três conselheiros que possuíam determinadas características, o que não quer dizer que tenhamos que adotar as mesmas características para os próximos, mas, talvez, fosse melhor, discutirmos as características que deveriam ter os três conselheiros.

Tínhamos dois conselheiros homens e uma mulher. No caso, tínhamos um conselheiro do Norte, homem, com sensibilidade para a questão indígena, esse era o perfil; outro que era um grande comunicador, o Boni, homem do Centro-Oeste, que é uma pessoa, diria, do ponto de vista político, de centro, digamos, não é nem da esquerda nem da direita; e uma intelectual, carnavalesca, do Rio de Janeiro, mulher, da Região Sudeste, no caso, também, sem uma definição política mais clara.

A minha preocupação é a de que, de repente, tenhamos três pessoas ligadas ao movimento sindical, porque as entidades colocaram isso, mas não queremos três pessoas ligadas a movimentos sindicais? Três homens ligados a movimentos sindicais de Brasília ou da Região Sudeste? É isso? Penso que deva ser algo que se tivéssemos alguém da Região Norte acho que seria um critério.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro de Estado da Cultura) – Temos vários.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS
(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Então, deveríamos ver, pois é um critério para que tenhamos uma certa representação. Mulher, pelo menos, tem que haver uma, pode até aumentar, mas é o que devemos discutir.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro de Estado da Cultura) – Há mulher com essas características.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS
(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Quando falei em interesse comercial, não se trata da pessoa que, evidentemente, seja o fornecedor da empresa S.A., mas uma pessoa, digamos, do sindicato dos cineastas, quer dizer, acho que o sindicato dos cineastas não deve ter presença neste Conselho, assim como os roteiristas, com todo o respeito ao cinema, deixando bem claro.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Mas acho que a sua proposta não vai de encontro à proposta do Ministro Sérgio, porque se formos observar cada um dos candidatos a partir do mais votado para o menor, poderemos ver todas essas questões, se é mulher, de que Região, o que representa, que grupo. Por exemplo, a primeira candidata é uma mulher jornalista da Universidade de Pernambuco.

O SR. MARCO ANTÔNIO FIORAVANTE (Diretor Jurídico) – É da Católica.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS
(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Alguém conhece?

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – É a Sra. Maria da Conceição.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Conhece.

Trata-se de uma instituição estrangeira que fornece bolsas, é uma organização internacional. É bolsista.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Mas é da Federal de Pernambuco.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro de Estado da Cultura) – E tem um currículo muito interessante.

CONSELHEIRO SÉRGIO MACHADO REZENDE (Ministro da Ciência e Tecnologia) – Ela consta da lista e não quer dizer que ficará para o final. Vamos passando adiante, vamos eliminando aqueles que não poderão fazer parte.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – É uma candidata com potencial, digamos assim.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Acho que ela seria uma forte candidata.

CONSELHEIRO PAULO RAMOS DERENGOVSKI –

Gostaria de dar a minha opinião, voltando a insistir, de que esses critérios quantitativos, respeitosamente, em relação ao Ministro Rezende, na verdade, me dá a impressão, como jornalista, de uma manipulação para um *lobby* que se formou para diversas entidades, algumas das quais mínimas e pouco representativas sobreponem os nomes aos outros. Quero levar em conta também a importância de certas entidades, como a Associação Brasileira de Imprensa, repito, que gostaria e mereceria participar de um Conselho Curador da Empresa Brasileira de Comunicações.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO –

Presidente, realmente, acho um processo complicado, pois é a primeira vez que enfrentamos essa questão, mas não sei se temos outra via que não a dos conselheiros estudarem os currículos, quem ainda não o fez, pois tive essa preocupação e, cada um, votar em três nomes. Os três mais votados irão para as três listas tríplices.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Daríamos um prazo para todos.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO –

Levando-se em consideração isso, acho que poderíamos fazer uma votação anterior para estabelecer os critérios. Propus três: reequilibrar a presença das mulheres, dos afro-descendentes, considerar a questão técnica e acho que outro critério que levantaria de não esquecer a questão regional, porque, inclusive, ao verificarmos o resultado, se o resultado final indicar um desequilíbrio drástico em relação às regiões, teremos que rever um ponto ou outro, pois não podemos ter os nossos próximos três representantes, digamos, por absurdo, de Brasília ou os três de São Paulo, pois não poderá ocorrer. Penso que isso deva ser levado em consideração ao escolhermos, ao votarmos os nomes, porque a diversidade regional deverá ser preservada ou até fortalecida.

O SR. MARCO ANTÔNIO FIORAVANTE (Diretor Jurídico) – Concordo com alguns critérios, mas fico me perguntando se seria possível fazer isso nos minutos que nos restam, no tempo que resta, pois, talvez, seja uma desculpa para quem chegou agora, mas também fosse mais fácil que cada conselheiro examinasse à luz desses quatro critérios e mandasse esses votos e pronto.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Até porque amanhã é feriado.

O SR. MARCO ANTÔNIO FIORAVANTE (Diretor Jurídico) – Exatamente, pois não temos a menor idéia de quem

sejam.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro de Estado da Cultura) – Presidente, acompanho a última fala. A minha segurança é que currículo é meio caminho andado, mas não é tudo. Gostaria de saber um pouco mais, pois, se me derem um tempo, vou perguntar às pessoas se conhecem fulano ou beltrano.

CONSELHEIRA ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Qual é o tempo que temos pelo edital?

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro de Estado da Cultura) – Se houver tempo.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS (Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Podemos fazer como foi proposto: vota-se e manda.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro

de Estado da Cultura) – Os critérios foram aqui sugeridos e ninguém discordou. Só não gosto da idéia de votarmos apenas em três, porque acaba a química final sendo...

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Mas não são somente três, serão nove.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães

Vieira) – São três para cada vaga.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro

de Estado da Cultura) – Havia entendido de forma errada.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – São três por vaga.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães

Vieira) – São três listas tríplices.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – São três listas de três? Temos que organizar a lista, não dá para ser uma tarefa da Secretaria, senão, coloca nove nomes e o Presidente escolhe três.

O SR. MARCO ANTÔNIO FIORAVANTE (Diretor

Jurídico) – Exatamente, umas das listas tem de ser de três mulheres, porque...

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro

de Estado da Cultura) – Ele tem razão na observação.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Você tem razão em termos, mas veja como é complicado. Se numa lista há três mulheres, pode-se pensar que vamos colocar alguém da Região Norte, escolhe-se três, mas você pode combinar as duas características. É algo complicado.

O SR. MARCO ANTÔNIO FIORAVANTE (Diretor Jurídico) – Aqueles que forem votar nesses casos terão que especificar, por exemplo, lista 1 vota-se em três nomes, lista 2 em três nomes e lista 3 em três nomes.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Na ordem.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro de Estado da Cultura) – Seria um critério.

O SR. MARCO ANTÔNIO FIORAVANTE (Diretor Jurídico) – Seria importante que fechássemos esses critérios, quer dizer, se não for mulher afro-descendente com representação regional ou alguma especificidade técnica as indicações não vão ser recebidas, é preciso que os conselheiros se esforçassem, evidentemente, pois poderá ser uma mulher afro-descendente, o que seria formidável, mas se não se apresentar acho que não deveriam ser aceitas indicações que não fossem mulheres, afro-descendentes, fora do eixo São Paulo–Rio de Janeiro–Brasília. Quanto ao que o Daniel mencionou em termos com alguma especificidade técnica é um critério que seria interessante ou de alta representatividade.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Sabe qual seria o critério, Paulo, é que correríamos o risco de desequilibrar, digamos, poderíamos escolher nove mulheres, nove afro-descendentes e nove da Região Norte. Acho que não daria para vetarmos se alguém indicar, pois deveríamos orientar, mas deixar em aberto.

CONSELHEIRO JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA (Ministro

de Estado da Cultura) – Se a maioria se afirmar com outro critério, seria melhor.

CONSELHEIRA ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Uma

preocupação que terei na hora de votar é a de que evitássemos um pouco o sindicalismo, para que tivéssemos esse cuidado, mesmo que a pessoa seja mulher, negra e da Região Norte, mas quanto ao viés sindicalista deveremos ter um pouco de cuidado, pois, caso contrário, cairemos no mesmo perigo de sempre.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – A nossa

resolução se, finalmente, for aprovada, é interessante ainda que possa ser enviada uma informação detalhada pela Secretaria aos Conselheiros que não vieram à reunião para que possam participar.

Proponho, inclusive, que se dê um prazo de 48 horas e não só de 24, porque se daria mais tempo para responder à correspondência.

CONSELHEIRA ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Até segunda-feira.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Pode ser para que se dê a possibilidade de os conselheiros não presentes participarem do processo.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Votamos, então, em três listas separadas na ordem de prioridade, em que cada um coloca a sua ordem, levando em consideração esses critérios.

CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS – Era justamente o que queria dizer, uma questão de esclarecimento para a votação. Eu estava distraído entre ouvir a discussão e ler os currículos, então queria saber se votaremos em três listas para as vagas do Isaac, do Boni e da Rosa, como primeiro critério, ou seja, pensar nos que estão saindo e quais seriam qualificados para tais

vagas. Não é isso? Daí, votaremos em três nomes.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Até porque ajuda a organizar a cabeça. É uma boa sugestão.

CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS – Então seria

isso e, com base nesses critérios de gênero, regionalização, perfil não tão...; enfim, ao se ter livre consciência, monta-se sua lista e envia para a Comissão Processante. É isso.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Deixe-me colocar um problema, talvez até esteja sendo chato, mas farei o papel do “advogado do Diabo”. O critério é muito bom, mas como não vamos estar em uma reunião, corre-se o risco, digamos, de termos uma mulher, negra e da Região Norte, que se houvesse uma reunião, seguramente, estaria na lista, de repente, poderá tirar o quarto lugar nas três listas. Creio que não dê para votarmos por vaga e como não poderemos fazer uma repescagem para negociar, acho que seria o caso de votarmos nove nomes.

CONSELHEIRA ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Acho que ele falou por vaga para termos uma referência.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Uma orientação apenas.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS
(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Não, acho que ele falou para se votar, o que achei até interessante em um primeiro momento.

CONSELHEIRA ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Entendi diferente, como critério.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS
(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Ter critério, mas vota-se em nove nomes?

O SR. DIOGO MOYSES RODRIGUES (Secretário Executivo) – Vota-se cada um em três e forma-se a lista com nove.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS (Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Mas como se vai formar essa lista?

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Quem organizará as três listas tríplices?

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Existe uma Comissão Processante, integrada por mim, pela Ana e o Diogo, acho que os senhores possam encaminhar para os três e tentaremos organizar.

CONSELHEIRO SÉRGIO MACHADO REZENDE (Ministro da Ciência e Tecnologia) – Seria bom recebermos, como de costume, uma mensagem da Secretaria com isso e com a data marcada para devolver. Acho que seria o melhor.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Mas não decidimos ainda a forma, se será nove nomes ou três listas estruturadas.

CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES – Uma questão que está aparecendo é a regional, pois não há ninguém da Região Norte naquela lista que o Diogo está elaborando, muitos são de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina, deveria haver algum desses outros indicativos que o Professor Paulo Sérgio Pinheiro citou, por exemplo, sei quais as mulheres negras que constam ali, que são a Jacira Silva, a Nilza Iraci e a Ana Maria Conceição, que é de Pernambuco, mas já aparecem do Distrito Federal e de São Paulo.

Se for pelo critério regional é claro que São Paulo terá menos chances já que está ultra representado. Então, talvez, tivéssemos que reduzir para os critérios que o Paulo Sérgio Pinheiro colocou a fim de facilitar a indicação.

O SR. ORLANDO GUILHON (Superintendente de Rádio) – Acho que deveria haver duas etapas: a primeira etapa desse processo seriam as justificativas da composição desses nove nomes, o que, possivelmente, já eliminaria metade ou 2/3 dessa lista; e uma coordenação que pudesse, pelo menos, no momento, oferecer um catálogo com os nove nomes com justificativas...

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – No edital está que decidiríamos em reunião.

O SR. MARCO ANTÔNIO FIORAVANTE (Diretor Jurídico) – Presidente, penso que haveria uma questão importante, até o Diogo pode nos auxiliar, no sentido de fazermos um levantamento de como está a representação regional, quantas pessoas por região, porque acho que pode haver uma super-representação de determinada região e uma pequena de outra. Trataríamos como critério de exclusão a não escolha de pessoas dessa região super-representada.

O SR. DIOGO MOYSES RODRIGUES (Secretário Executivo) – A representação básica seria de dois conselheiros do Sul, como o Conselheiro Paulo; três conselheiros de São Paulo, como o Flávio e o Paulo Sérgio; o do Rio de Janeiro; temos um na Bahia, o Jorge; um em Recife, que é o Paulo Cavalcante; um em Fortaleza; um em Belém, que é a nossa Presidente; e dois em Brasília. Essa é a composição.

O SR. MARCO ANTÔNIO FIORAVANTE (Diretor Jurídico) – Estou entendendo, mas a questão que o Ministro está trazendo é que acho que a escolha dos nomes tem que passar muito

mais por um consenso do que por um processo de número de votos. Acho que a construção do consenso em torno de nomes é melhor do que a simples contagem de votos, pois essa contagem pode ser um referencial e, daí, constrói-se o consenso em torno de nomes.

Essa é a sugestão que acho que politicamente seria a melhor para o Conselho.

CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES –

Diogo, por favor, numere de um a nove esses nomes para vermos os mais indicados por organização. Saíram dois que eram de cargos públicos, mas ainda continuam os nove nomes, apenas para termos até nove, que, se fossemos seguir as indicações, teríamos esses nove nomes daí para tirarmos três.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Não estou entendendo. Quem escolheu esses nove nomes?

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – São os nomes mais votados.

CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES –

São os nomes mais indicados dessa lista.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Mas isso não é um critério. Os mais votados de entidades não é um critério.

CONSELHEIRO JOÃO JORGE SANTOS RODRIGUES –

Não estou falando de critério, é apenas para vermos ali os nomes mais indicados por essa lista que recebemos.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Santa Catarina já está super-representada.

Acho que não chegaremos a lugar algum dessa forma. Acho que o ideal é que discutíssemos hoje. Se não pudermos deixar para uma próxima reunião, o que seria ideal, termos tempo para pensar. Existe um impedimento total disso? Senão, vamos deixar para a próxima reunião, o que é muito mais razoável.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Podemos convocar uma extraordinária aqui em Brasília.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS (Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Acho que temos o poder para dizer que discutimos, tivemos uma primeira reunião, mas vai ser tomada a decisão na reunião subsequente.

O SR. MARCO ANTÔNIO FIORAVANTE (Diretor Jurídico) – Mas o prazo aí, digamos, é impróprio, porque se você não analisa, terá que analisar de qualquer forma.

CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS – Dada a sensibilidade da questão, seria o caso de uma reunião extraordinária, que fosse voltada especificamente para esse fim, entre esta e a reunião ordinária.

CONSELHEIRO SÉRGIO MACHADO REZENDE (Ministro

da Ciência e Tecnologia) – Mas teremos muitas reuniões.

CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS – Veja bem, já comecei com a ressalva de que o ideal seria..., mas não sendo espera-se para a próxima reunião ordinária.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – No dia 1º pela manhã.

CONSELHEIRO MURILO CÉSAR RAMOS – Faz-se os conchavos, monta-se as chapas até lá.

CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHEIRO – Concordo totalmente com a proposta do Ministro Franklin, mas creio que não faria mal que chegássemos à próxima reunião, cada um de nós, com uma lista.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS
(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – O que até amadurece.

CONSELHEIRO PAULO SÉRGIO PINHEIRO – Cada um vem com a sua lista.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Sugiro que a Secretaria envie para todos os conselheiros para termos o mínimo de uniformidade, uma correspondência dando conta dos critérios gerais e convidando cada conselheiro a fazer três listas de três. Na medida em que alguém consiga finalizar a sua, que faça circular para irmos amadurecendo, quando chegarmos no dia 1º, na nossa reunião, teremos ventilado vários nomes, várias listas já estarão circulando e seria mais fácil chegarmos a uma conclusão.

CONSELHEIRA ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Finalizaríamos no dia 1º.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães

Vieira) – Lembrem-se de que a reunião do dia 1º está com uma pauta grande.

CONSELHEIRA ANA LUIZA FLECK SAIBRO – Gostaria de deixar registrada a minha posição, pois votaria por uma reunião extraordinária antes do dia 1º, pois é um assunto sensível e poderíamos pensar nisso. Essa é a minha posição.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Estou um pouco preocupada porque é a primeira consulta pública que fazemos, seremos “bucha de canhão” neste ano eleitoral e, também, votaria por uma reunião extraordinária, visto que o peso vem todo para cima da Presidenta.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Poderíamos fazer uma consulta, sobretudo, entre os quinze. Quem vota nesta eleição, somente os quinze ou todos?

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Todos.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Então, façamos uma consulta para ver se a maioria, pelo menos, pode estar presente. Quem não estiver presente manda por *e-mail* a sua posição, pois isso pode sempre influenciar e fazemos a reunião.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Em que data? Lembremos que a partir do dia 26 haverá a Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, conforme foi colocado pelo Ministro Sérgio Rezende. Teria que ser antes, talvez, na semana do dia 18 ou um pouco antes. Como está a agenda de todos?

Geralmente, nos reunimos na terça-feira.

O SR. DIOGO MOYSES RODRIGUES (Secretário Executivo) – O dia 11 é numa terça-feira e o dia 18 também.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Daqui a duas semanas, seria o dia 11, e já estaria aqui, pois tenho uma reunião com o Ministro. Poderíamos nos reunir na tarde do dia 11.

Acordaremos que os conselheiros que não puderam estar presentes podem enviar o seu voto por escrito.

CONSELHEIRO FRANKLIN DE SOUZA MARTINS

(Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República) – Poderia ser dia 11 pela manhã?

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães

Vieira) – Poderá ser.

Fica marcada para o dia 11 às 9 horas da manhã.

Deixaremos o manual de jornalismo para a próxima reunião, visto que esta já está muito conturbada.

Agradeço a presença de todos.

CONSELHEIRO DANIEL AARÃO REIS FILHO – Não

impede que a Secretaria envie a correspondência que sugeri.

Quem puder vir virá, quem não puder envia a sua lista.

A SRA. PRESIDENTE (Conselheira Ima Célia Guimarães Vieira) – Juntará tudo isso.

Está encerrada a reunião.